

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

NOVOS ATORES SOCIAIS: Dilemas e Desafios na
Busca da Participação
(O Caso de Nova Floresta-Pb.)

Dissertação apresentada
ao Programa de Mestrado
em Sociologia Rural, da
Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento
às exigências para
obtenção do Grau de
Mestre.

Orientador: Severino José de Lima

Aluno: Lourdemário Ramos de Araújo

Campina Grande, novembro de 2001.



A663n Araújo, Lourdemário Ramos de.
Novos atores sociais : dilemas e desafios na busca da participação (o caso de Nova Floresta - PB) Lourdemário Ramos de Araújo. - Campina Grande, 2002.
104 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2002.
"Orientação: Prof. Dr. Severino José de Lima".
Referências.

1. Grupos Sócio-econômicos - Nova Floresta(PB). 2. Nova Floresta(PB) - Poder Político. 3. Atores Sociais. 4. Dissertação - Sociologia Rural. I. Lima, Severino José de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.342.6(813.3)(043)

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Dona Lourdes, que educou gerações, durante mais de 30 anos.

A Francisco Carlos de Araújo, meu irmão (in memoriam).

A minha irmã, Lurdinha, que tão sabiamente, muito ajudou nos momentos de dificuldades.

A Cavalcanti, João Paulo, Zé Carlos e Dudu, (cunhado e sobrinhos), pelo carinho da convivência.

A todos os Belo (Manuel, Maria, Nita, Graça e Guia), além, claro, do "Deus da Cerveja", Dionísio.

Ao Prof. Severino José de Lima (Shangai), orientador, que com coragem e sabedoria, me dava aulas sobre teoria sociológica e movimentos sociais.

A Ariadne que, como na mitologia grega, me ofereceu seu fio, para não me perder pelo caminho.

A Profa. Deolinda Ramalho, pelo incentivo durante a pesquisa.

A CAPES, pelo apoio institucional e financeiro.

Ao amigo estimado, José Alves Pinto Jr.
(Baiano).

A todos do município de Nova Floresta que participaram, direta e indiretamente, deste trabalho, especialmente, as pessoas que dedicaram parte do seu precioso tempo, respondendo perguntas e fornecendo valiosas informações, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de surgimento de novos atores sociais e os conflitos de sua ação sobre o poder político local em Nova Floresta- PB. Trata-se, portanto, da reconstituição histórica do surgimento de novos grupos sociais sob os impactos do processo de democratização da sociedade brasileira no nível local, especificamente, num pequeno município do interior paraibano. Os impasses, limites e possibilidades de ação coletiva desses grupos são analisados à luz da cultura política local.

ABSTRACT

This work analyzes the process of emergence of new social actors and the conflicts of their action on the local political power in Nova Floresta-PB. It deals, therefore, with the historical reconstitution of the appearing of new social groups under the impacts of the process of democratization of the Brazilian society in a local level, specifically, in a small town in the countryside Paraibano. The impasses, limits and possibilities of collective action of these groups are analyzed under the light of the local political culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	001
CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA.....	005
A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA.....	007
CAPÍTULO I- PARTICIPAÇÃO DOS NOVOS ATORES SOCIAIS NO PODER LOCAL.....	013
1.1- PARTICIPAÇÃO.....	014
1.2- DEMOCRACIA.....	019
1.3- NOVOS ATORES SOCIAIS.....	024
1.4- PODER LOCAL.....	032
CAPÍTULO II- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FLORESTA E DOS ATORES SOCIAIS.....	044
2.1- SURGIMENTO DOS NOVOS ATORES SOCIAIS EM NOVA FLORESTA.....	052
2.2- OS NOVOS ATORES INTERFERINDO NAS DECISÕES LOCAIS.....	069
CAPÍTULO III- MUDANÇAS NO CENÁRIO: NOVOS ATORES E ANTIGAS PRÁTICAS.....	075
3.1- MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO E CONSOLIDAÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS.....	077
3.2- OS NOVOS ATORES NO PODER.....	081
3.3- NOVAS DISSIDÊNCIAS: CONTRADIÇÕES DE UM PROCESSO.....	088
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	093
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	099
ANEXOS	
ANEXO 1.....	MAPA
ANEXO 2.....	TABELAS
ANEXO 3.....	ROTEIRO DE ENTREVISTAS

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa e pretende refletir sobre a emergência de novos atores e outros grupos sociais de Nova Floresta no Curimataú paraibano, os quais foram surgindo como novos sujeitos sociais durante a década de 1980. Organizados e demandantes de participação política e social, sob o apoio da Igreja Católica local, articula-se os chamados grupos de base, entre eles, grupos de jovens, de estudantes universitários e trabalhadores rurais, como portadores de um discurso da participação e protagonizando mudanças no poder político local. São novos atores instituintes de uma nova forma de agir orientada por valores de solidariedade, fraternidade, liberdade de organização e livre manifestação, e sobretudo, por uma prática discursiva constituída de sentimentos identitários e de pertencimento coletivo.

Não se trata de fazer uma reflexão exaustiva das práticas coletivas e de seus alcances e limites, da coerência entre discurso e prática, bem como, dos limites que o meio impõe. Estas questões, certamente, aparecem na demarcação de um texto que procurou, sobretudo, rastrear a ação

coletiva de tais atores sociais a partir de sua própria cotidianidade.

Além dessa limitação, não se tem a pretensão de fazer generalizações de qualquer natureza, mas apenas tematizar e analisar um momento específico e bastante singular: o surgimento de novos atores sociais no município mencionado.

A maioria das situações aqui relatadas teve em seu autor, "uma testemunha ocular", algumas vezes; noutras, sua participação direta,

"A identificação da estrutura social da população implica descobrir as diferenças sociais de seus membros, as posições dos grupos e também os conflitos entre estes últimos. (GIL, 1991: 133).

Portanto, torna-se desnecessário dizer que este trabalho é fruto de uma pesquisa participante ou, de uma "participação pesquisante", no sentido de que, foi se constituindo durante um longo período de inquietações e questionamentos sobre a realidade pesquisada e "vivenciada",

"A descoberta do universo vivido pela população implica compreender,

numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem. Para tanto, os pesquisadores devem adotar preferencialmente técnicas qualitativas de coleta de dados e também uma atitude positiva de escuta e de empatia. Isto pode implicar conviver com a comunidade, partilhar o seu cotidiano: `ouvir, em vez de tomar notas ou fazer registros: ver e observar, em vez de filmar; sentir, tocar em vez de estudar, viver junto em vez de visitar´" (LE BOFERT, citado por GIL, 1991: 134).

Dessa forma, foi sendo construída a possibilidade de pesquisar e refletir sobre o cotidiano vivido e vivenciado, suas vicissitudes e contradições, seus sabores e prazeres, suas formas de manifestação, a comunhão das alegrias e reafirmação dos laços afetivos.

Acreditamos com isto, na superação de uma questão que a todos incomoda, a "neutralidade" e "objetividade" nas ciências sociais, dilema tão

explorado pelos clássicos da sociologia, principalmente, Durkheim e Weber.

Esse nos parecer ser um problema superado, não temos a pretensão de incorrer no equívoco de separar pesquisador/objeto pesquisado, até porque acreditamos que, em determinadas situações eles se completam, se complementam.

A preocupação aqui assumida se justifica no sentido de poder separar, metodologicamente, ciência de ideologia, esta sim pode ser uma separação muito tênue, sendo importante registrá-la sem incorrer no erro de achar que as ciências sociais não estão impregnadas de conteúdo ideológico.

Nossa preocupação é tratar, com um distanciamento necessário, a realidade em estudo, o que Demo chama de processo de objetivação,

“O processo de objetivação, porém, é o critério interno mais importante de cientificidade. Ao reconhecermos que as ciências sociais são necessariamente ideológicas, não queremos ideologizá-las; queremos desideologizá-las; apenas, isto não traz a eliminação da ideologia, mas a convivência crítica, capaz de

colocá-la na construção científica como parte menor." (DEMO, 1987: 72).

Assim, entendemos que o processo de busca por um tipo de explicação em que seja possível, perceber a existência de problemas "ontológicos" nas ciências sociais, não invalida o esforço intelectual de poder superá-los.

CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada articulando um conjunto de instrumentos de coleta de informações, num primeiro momento, através de entrevistas (gravadas), individuais e coletivas (ver roteiro, anexo 3); conversas informais e visitas domiciliares; participação em reuniões nas comunidades, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

No segundo momento, aconteceu a análise dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas e participação nas reuniões comunitárias. A cada nova entrevista, percebemos a importância das perguntas

sem respostas, das palavras não ditas, das situações sugeridas nas entrelinhas.

Num belíssimo texto, um sociólogo paulista nos fala sobre o silêncio e a duplicidade de sentidos na cultura latino-americana. Tratando de novos sujeitos sociais (índios e trabalhadores rurais); nos revela que,

"...a fala com o estranho é regulada pelo código da duplicidade: o que é dito nem sempre corresponde ao que é feito e o que é feito nem sempre se espelha no acontecido. Esse é um problema importante para a reflexão sociológica, pois é problema de ordem metodológica... O sociólogo não vai ouvir deles senão aquilo que eles decidiram que devem dizer-lhe." (MARTINS, 1993: 32/3).

Em seguida, foram coletados os dados quantitativos que nos permitiram traçar uma caracterização da realidade em tela. Assim, pesquisamos juntos a algumas secretarias municipais como: agricultura, administração, educação, além da biblioteca municipal. Outras formas de pesquisa também contribuíram para a montagem de um conjunto

de informações que pudessem "dar uma idéia", sobre aspectos como: localização geográfica, dados sócio-econômicos e históricos do município (em sua grande maioria, pesquisados na "rede", Internet).

Todo trabalho de coleta, análise e tabulação dos dados quantitativos, foi sugerindo a confecção de um conjunto de anexos, tabelas e mapas, que aparecem com um objetivo didático facilitando a visualização da região e da cidade em estudo (ver anexos).

Por ultimo, foi feita, com muitos sobressaltos, a devida pesquisa (revisão) bibliográfica. Esta etapa foi marcada por inúmeras dúvidas, tendo em vista que todo material coletado e analisado apontava para várias direções, algumas possíveis e outras, nem tanto. A partir da definição de algumas categorias e de alguns aspectos particulares da realidade investigada que analisamos, foi sendo construído um quadro teórico metodológico que apontou para um caminho a ser seguido, que tentamos agora relatar.

A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

O que pesquisar? Essa foi a questão fundamental que nos "atormentou" durante muito

tempo. Para se ter um objeto de pesquisa, devemos partir de uma pergunta inicial, clara, precisa e objetiva.

Não foi essa a situação, vários autores incorrem no mesmo tipo de "negligência", como afirma Sader,

"Enfrentei vários problemas nessa investigação, e, certamente, o maior deles residiu nas dificuldades e vacilações referentes à própria formulação do objeto. (SADER, 1988: 17).

Dessa forma, o problema da pesquisa foi aparecendo, conforme íamos imergindo na pesquisa de campo, a partir do momento em que já estávamos com boa parte do material coletado, foram surgindo algumas idéias e situações não imaginadas na fase inicial do planejamento. Muitas vezes, os próprios informantes sugeriam questões, opinavam sobre os caminhos a ser seguidos.

Nossa preocupação era de não conseguirmos definir claramente o que estava sendo pesquisado, se uma parte da história dos informantes ou os processos pelos quais eles se organizaram.

Assim, foi se apresentando o seguinte questionamento, o que caracterizou o surgimento de novos atores sociais em Nova Floresta, entre os anos de 1980 a 1999, quais as formas de organização e reivindicação, em que medida interferiram nas decisões locais, que tipo de participação e cultura política eles são portadores?

Acreditamos ser possível com essa definição fazer algumas afirmações de caráter metodológico que permitiriam a busca de respostas ou confirmações: a) que a partir da Constituição de 1988, tenha havido, por parte da gestão local e dos novos atores, tentativas concretas de democratização das decisões; b) os novos atores, impulsionando ações coletivas, proporcionam o aumento da participação popular democratizando as decisões e informações gerando novas mentalidade e sedimentando uma cultura política participativa; c) a descentralização, proporcionada pela participação dos novos atores, garante e gera mais espaços de opinião dos trabalhadores rurais na política local.

Esses foram nossos pressupostos hipotéticos e tentamos testá-los mediante uma pesquisa empírica associada a procedimentos qualitativos de análise. Qualitativos não só porque opta pela compreensão da ação primária, mas sobretudo, por admitir, conforme Thiollent, este tipo de opção procedimental.

"(...)podemos considerar que a pesquisa ação opera a partir de determinadas instruções (ou diretrizes) relativas ao modo de encarar os problemas identificados na situação investigada e relativa aos modos de ação. Essas instruções possuem um caráter bem menos rígido do que as hipóteses, porém desempenha uma função semelhante. Com os resultados da pesquisa, essas instruções podem sair fortalecidas ou, caso contrário, devem ser alteradas, abandonadas ou substituídas por outras. A nosso ver a substituição das hipóteses por diretrizes não implica que a forma de raciocínio hipotética seja dispensável no decorrer da pesquisa. Trata-se de definir problemas de conhecimento ou de ação cujas possíveis soluções, num primeiro momento, são consideradas como suposições (quase-hipóteses) e, num segundo momento, objeto de verificação,

discriminação e comprovação em função das situações constatadas.”
(THIOLLENT, 2000:33).

Colocadas as nossas opções metodológicas, nestes termos, acreditamos que os resultados aqui relatados são parte de um exercício de amadurecimento e que contribui do ponto de vista teórico e prático para o desenvolvimento de pesquisas que possam ampliar as afirmações contidas no decorrer deste trabalho.

No primeiro capítulo analisamos a constituição e o surgimento, no Brasil e no caso estudado, dos novos atores sociais, definindo categorias e conceitos de análise que pudessem dar base ao nosso referencial teórico. Para tanto, conceitos como: participação; democracia; democracia participativa e poder local serão observados e discutidos incorporando contribuições de outros autores que já trabalham com o tema. Contudo, a partir dessas definições acreditamos que, implícita ou explicitamente, estaremos concordando com determinados tipos de posturas teóricas.

No segundo capítulo, fazemos uma caracterização do município estudado através de dados sócio-econômicos, geográficos e, conseqüentemente, históricos. Atentamos para as

mudanças de cenário que foram se constituindo conforme os novos atores iam surgindo e interferindo nas decisões locais.

No terceiro capítulo, analisamos até onde foi possível, para os novos atores, provocar mudanças de posturas no embate com o poder local, os limites e as possibilidades de atuação no sentido de definição de uma agenda local que possam incorporar tais reivindicações.

Finalmente, analisamos, ainda no terceiro capítulo, os avanços e recuos do protagonismo movimentalista dos novos atores e as fórmulas encontradas pelo poder local para incorporação de algumas dessas proposições destes novos, por um lado e, por outro, a preservação de formas antigas, autoritárias e paternalistas de manutenção no poder. Nesta direção, o percurso acionalista dos novos atores, a partir da cotidianidade do fazer político e num contexto adverso esbarrou no poder político local fundado numa cultura política de mercado e clientelismo.

CAPÍTULO 1

PARTICIPAÇÃO DOS NOVOS ATORES SOCIAIS NO PODER LOCAL

Neste capítulo serão abordados, os conceitos recorrentes nas ciências sociais atualmente, que são: participação, novos atores sociais e poder local, fundamentais para a análise aqui pretendida. A definição destes termos de análise é no sentido de entender como se deram os processos sociais de gestação dos movimentos sociais, que potencializaram transformações recentes no Brasil e, especificamente, como essas transformações aconteceram nos pequenos municípios, a exemplo de Nova Floresta.

Para tanto, lançamos mão de algumas categorias das ciências sociais, especialmente, da sociologia e da ciência política, as quais validaram o caminho percorrido, sem perder de vista a sua inserção no contexto em que foram elaborados.

Assim, noções como: atores sociais, participação, poder local, democracia participativa, ações coletivas, merecem atenção especial, tendo em vista que tais conceitos e categorias, devem justificar teoricamente as proposições e afirmativas

decorrentes deste trabalho, embasando concepções e práticas já validadas em trabalhos anteriores. Contudo, este trabalho também poderá ampliar/sugerir alguns conceitos, que porventura possam complementar o quadro conceitual que dê conta da realidade estudada.

1.1 - PARTICIPAÇÃO

O termo participação é bastante utilizado nas ciências sociais, destacadamente na sociologia, servindo muitas vezes para alguns equívocos.

Algumas concepções de participação são carregadas de conteúdo ideológico, destacadamente a liberal, em que pese a sua noção restrita. Desde os primórdios do desenvolvimento da sociedade industrial, a noção estava definida e direcionada para um tipo de indivíduo, o cidadão burguês, imprimindo-se aí, desde logo, o voto censitário, tão conhecido no Brasil no final do século XIX e início do século XX.

"Em termos cronológicos, a rigor temos de localizar na Grécia as origens do tema da participação direta, ideal. Mas o estudo científico...remonta ao século

XVIII, com as formulações de J. J. Rousseau; de teóricos do liberalismo como John Stuart Mill, G. D. H. Cole e A. de Toqueville..." (GOHN, 2001: 21).

Outra noção bastante criticada é a participação comunitária, autores como SADER (1988) e TEIXEIRA (2000) afirmam que este tipo de participação, geralmente, é incorporada pelos mecanismos de poder e são usadas como forma para redução de gastos públicos, a exemplo dos mutirões, além de outras formas de cooptação dos esforços coletivos.

Durante um certo tempo, o conceito foi sinônimo de militância política, estudantil, sindical, comunitária e de outras naturezas, o que não invalida esta noção. Porém, Chirinos explicita com maior clareza outras dimensões:

"a eleitoral, envolvendo também atividades partidárias; a dos movimentos sociais, tendo em vista a efetivação de direitos; a de ação comunitária, de caráter autogestinário; a manipulada por governos, visando ao controle e à

antecipação de demandas populares; a de controle de recursos e instituições estatais, por parte de organizações populares; e a das estruturas governamentais de decisão." (CHIRINOS citado por TEIXEIRA, 2000: 36/7).

Outras noções de participação também são válidas e validadas; a medida em que surgem novas formas de organização social, vai-se ampliando o conceito. Gohn, citando Bobbio e outros sugere que,

"(...)o termo se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou participar nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples expectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque..." (GOHN, apud BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2001: 27).

Vários são os autores que trabalham com a noção de participação. A maioria destaca algumas dimensões da participação e seu caráter de fortalecimento da sociedade civil. GOHN sugere a

existência de formulações que já se tornaram "clássicas", para ela.

"Não se trata de interpretações monolíticas; elas geraram, historicamente, outras interpretações tais como: liberal/comunitária, liberal/corporativa; autoritária (de direita e da esquerda); revolucionária (gradual ou por ato de força); democrática/radical etc." (GOHN, 1995: 15).

A categorização acima nos parece bastante sugestiva, se tomarmos como referência as chamadas noções clássicas. Além disso, ela refere-se ao caráter urbano da participação. Neste trabalho, tomamos por base uma pequena cidade de características eminentemente rurais. Tal fato, leva-nos a buscar outras concepções, já que participação diz respeito à cidadania e esta implica em colocar em xeque padrões relacionais entre Estado e Sociedade em nível local, traduzidos em práticas políticas autoritárias, como o clientelismo e o nepotismo.

As pesquisas desenvolvidas e as práticas recentes, no Brasil e no mundo, atestam para outras formas de participação que são demandadas pela própria sociedade. Pelo fato de serem experiências relativamente recentes, demonstram estarem fora dos modelos "clássicos" de análise, sugerindo a ampliação/reformulação supracitada.

Tomando-se em conta as diversas contribuições tanto na sociologia quanto na ciência política, considerando-se também, as imprecisões de algumas formulações, para a análise aqui considerada, concordamos com o que sugere Teixeira, adotando o conceito de "participação cidadã". Por participação cidadã este autor entende:

"um processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento da sociedade civil através da atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, mediante a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, pela criação de exercício de

direitos. Implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos." (TEIXEIRA, 2000: 45).

Esta noção nos parece bastante oportuna por vários fatores: primeiro porque pode possibilitar a criação ou fortalecimento de uma cultura político-cidadã e, sobretudo, remete a noção de democracia como valor, como cultura política; segundo pelo fato da própria participação potencializar maior controle social das esferas de decisões coletivas pelos atores envolvidos.

A definição do conceito de participação nos remete a um outro, muito discutido e até questionado, na civilização ocidental, à idéia/conceito de democracia.

1.2 - DEMOCRACIA

Presente em nossa civilização desde seus primórdios, principalmente, nos filósofos clássicos: Sócrates, Platão e Aristóteles; esta idéia hoje, nos parece já bastante sedimentada, muito embora ainda sirva a equívocos (voluntários ou não).

Marilena Chauí, citando o historiador Finley, atenta para duas falhas da concepção elitista de democracia, que se origina de Platão,

"Em primeiro lugar, porque politólogos defensores da apatia costumam ser críticos severos de Platão, por eles considerado anti-democrata (e, segundo alguns, até mesmo totalitário), sem perceber que a tese política platônica fundamental é exatamente a necessidade de excluir os cidadãos da vida política para que esta, dirigida pelo sábio competente, siga a trilha da racionalidade e da justiça. Em segundo lugar, porque os defensores da apatia e das 'elites' dirigentes costumam afirmar que o maior perigo para a democracia é a intervenção da 'massa descontente' que redundam em movimentos populares extremistas".
(CHAUÍ, 1988: 09).

Esta noção elitista de democracia é altamente difundida por correntes liberais e de

esquerda, que em nome da Razão, atribuem à participação um sentido meramente instrumental ou simplesmente perigosa para a democracia, concebida como defesa pura e simples da ordem e das regras do jogo, senão estanque. Trata-se da forma, não interessando a substância (conteúdo).

Outro autor, bastante lido e cortejado no Brasil, é o francês Alain Touraine. Sua idéia de democracia apresenta uma dimensão ontológica do conceito, em que cita as transformações porque passou do período de terror na França à confusão com nação nos Estados Unidos até incorporar sua noção, como crítica ao projeto moderno de democracia e sociedade:

"(...) entre o universal e o particular, a razão e o povo, rompeu-se, por sua vez, e nossa imagem da democracia revela-se mais defensiva. Falamos dos direitos do homem, da defesa das minorias, dos limites a serem traçados ao poder do Estado e ao dos centros de poder econômico. Assim, a idéia de democracia, inicialmente identificada à de sociedade, aproximou-se progressivamente, da

idéia de Sujeito, do qual ela tende a tornar-se expressão política." (TOURAINÉ, 1999: 343/4).

A noção touraineana de sujeito entende que o sujeito é o movimento social no sentido lato, aquele capaz de despertar o movimento da historicidade e da direção moral e cultural da sociedade.

Os novos sujeitos podem ser entendidos como manifestação e contra os sujeitos como UDR (União Democrática Ruralista), os neonazistas, a TFP (Tradição Família e Propriedade). O sujeito, dessa forma concebido, coloca em xeque a noção de democracia restrita e o projeto de modernidade que relegou, isolou e silenciou as individualidades, subjetividades e especificidades do indivíduo, sufocado pela "ditadura das massas", como diria Baudrillard.

O Dicionário de Política (BOBBIO et. all., 1995: 319ss) sugere vários conceitos sobre o significado de democracia: tradição romano medieval; republicana moderna; democracia e liberalismo; democracia e socialismo; democracia formal e substancial, entre outros. Sendo impossível, portanto, "estabelecer quantas regras devem ser

observadas para que um regime possa dizer-se democrático”.

No entanto, é o próprio Bobbio que sugere um conceito de democracia, com o qual concordamos,

“Afirmando...que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraproposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, interna ou externamente. (BOBBIO, 2000:30/1).

Assim, delimitados os conceitos de participação e democracia, poderemos depreender disso, para as pretensões deste trabalho, que também poderemos delimitar o conceito de democracia participativa.

papéis sociais. Na definição dos atores coletivos, segundo Sader,

"O ator social, como aquele" que representa um papel, designava o portador de papéis definidos no nível da estrutura social. O que acontece é que, a partir do momento em que surgiram movimentos de contestação... vários termos foram reconotados. Touraine retomou a noção de ator, já como elemento dotado de autonomia. (SADER, 1988: 54/5).

É importante frisar que, o autor citado, está tratando, entre outros, do movimento das Comunidades Eclesiais de Base em São Paulo, e a sua contextualização é necessária para podermos definir o conceito de novos atores que buscamos para o nosso estudo e nosso contexto.

As noções de atores sociais e sujeitos sociais, são noções gerais da sociologia que não podem vir sem adjetivações e desvinculados do contexto, tal como o termo grupo social.

A definição de ator social que pretendemos, não está desvinculada das outras instâncias da sociedade, caminha no sentido colocado por Touraine,

"Quando (...) eu falo de Sujeito, isto é, da construção do indivíduo como ator, é impossível separar o indivíduo da sua situação social. Deve-se, isso sim, ao indivíduo consumidor de normas e de instituições sociais opor o indivíduo produtor dessa vida social e de suas mudanças(...) É em termos de autor e de conflito social que se deve definir o sujeito: ele não é um princípio que paira acima da sociedade nem o indivíduo na sua particularidade; ele é um modo de construção da experiência social (...)"
(TOURAINÉ, 1999: 248).

Neste sentido, é que entendemos a noção de atores sociais, apesar do autor citado estar tratando e criticando as formas da sociedade moderna, concordamos com o sentido de identificar os atores como portadores de autonomia na relação com o

Estado. " Esta é a idéia para a qual se dirige a nossa reflexão. O Sujeito só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem, tome esta uma forma utilitarista ou seja simplesmente a busca da integração social". (TOURAINÉ, 1999: 249).

Neste sentido, entendemos que as afirmativas aqui apreciadas, são validadas por Teixeira quando afirma que,

"Busca-se uma nova institucionalidade, em que se atribuem a cidadãos oriundos de associações voluntárias alguns papéis próprios do poder administrativo, em alguns casos com poder decisório compartilhado entre os representantes da sociedade civil e do governo." (TEIXEIRA, 2000: 244).

Entendemos aqui o conceito de sociedade civil de acordo com HABERMAS(1997:99):

"O atual significado da expressão 'sociedade civil' não coincide com a 'sociedade burguesa', da tradição liberal, que Hegel chegara a tematizar como 'sistema de

necessidades', isto é, como sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado. Hoje em dia, o termo 'sociedade civil' não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os

discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas."

Conforme a noção do ator e de sua condição existencial como movimento, no nosso país, alguns movimentos foram decisivos para a constituição dos novos atores, quais sejam: o novo sindicalismo do ABC; o movimento pela saúde na Zona Leste de São Paulo, as CEB's que foram um desenrolar prático da Teologia da Libertação, o movimento pela Anistia em 79, as Diretas Já, entre outros movimentos fundamentais para a constituição de novos atores sociais. Estes movimentos tiveram expressividade no Brasil inteiro, também nas localidades mais longínquas do território brasileiro, no qual espalhou-se uma significativa rede de agentes de pastorais da Igreja Católica, orientados pelos princípios da Teologia da Libertação.

Para as pretensões deste trabalho, abordaremos, num outro momento, os novos atores sociais no campo. Entretanto, as abordagens tratadas neste capítulo são esclarecedoras do ponto de vista teórico, mesmo tendo sido suscitadas para explicações de realidades urbanas. Nesse sentido, afirma Medeiros, que:

"Uma das marcas(...) da vida política brasileira nos últimos(...) anos foi a emergência dos trabalhadores rurais(...) como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso, caracterizado por vezes por interrupções bruscas(...)" (MEDEIROS, 1989: 211).

Estes novos atores sociais, para esta autora, teriam características próprias, devendo ser analisados com outra lógica, que não a lógica dos movimentos urbanos, especialmente, os trabalhadores e comunidades rurais, como afirma MEDEIROS.

Acredita-se, como muitos autores atestam, que o reaparecimento dos chamados novos atores sociais na vida política brasileira tenha acontecido por volta das décadas de 1970/80, principalmente, nos casos que ficaram conhecidos como "Movimentos das Barragens", no Paraná, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a histórica Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi, Rio Grande do Sul.

Alguns pesquisadores afirmam que, este foi um dos fenômenos que deu origem ao surgimento do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estas lutas favoreciam assim, o ressurgimento, no cenário político brasileiro, dos camponeses como sujeitos de suas próprias aspirações, trazendo suas marcas com reivindicações bem específicas e localizadas: a luta pela permanência no local de moradia e a garantia de mínimas condições de sobrevivência; fugindo da lógica de luta por melhores salários e outras reivindicações tipicamente urbanas, como pregavam até bem recentemente algumas correntes teóricas.

Geralmente, os movimentos de trabalhadores rurais têm um componente religioso muito forte. Enquanto a cidade seria, por excelência, o lugar da disputa política, o mundo rural seria apolítico ou anti-político, como afirmou equivocadamente, o famoso pesquisador inglês Eric Hobsbawn (1978:31).

Os atores sociais no campo apresentam um apelo religioso bastante arraigado, contudo, nem por isso menos contestatórios ou anti-políticos. José de Souza Martins enfatiza que os camponeses ou, trabalhadores rurais, como são mais conhecidos atualmente, começaram a se rebelar a partir dos anos 50, e que "constituem a única classe social que impôs derrotas militares ao exército...em Canudos

(Bahia, 1897) e no Contestado (Santa Catarina, 1912/1916)...” (MARTINS, 1993: 144).

Os novos atores sociais, são portadores de uma cultura política participativa que pressupõe o rompimento/condenação das formas antigas de se fazer política, paternalista, coronelista e de compadrio.

Na próxima seção, discutiremos as várias concepções sobre poder local e suas especificidades em relação às áreas rurais.

1.4 - PODER LOCAL

Os estudos sobre poder local, no Brasil e outros países, caminham em paralelo, ou como decorrência da descentralização/municipalização. Nossa intenção é propor uma “atribuição de sentido”, (FROEHLICH, 1999: 01), à este conceito, até onde for possível.

Alguns teóricos como: Zaidan (1995), Leal (1996), entre outros, apontam alguns questionamentos acerca da definição de espaços entre o global e o local. O que podemos depreender do estudo de Massolo (1988), é que esta é uma tendência já consolidada na Europa a partir da década de 1970. Para Teixeira (2000) nos Estados Unidos, esse processo ocorreu

desde sua colonização. No Brasil, essa tendência começa a surgir nos anos 90, após a promulgação da Constituição de 1988.

Tendo por base que a grande maioria dos trabalhos sobre poder local no Brasil, tratam de realidades urbanas, Daniel sugere o seguinte conceito:

"O poder político local- cujos lugares de exercício consistem no governo e administração local e câmara municipal- corresponde a uma esfera capitalista. Este desempenha suas funções de acumulação e dominação através de diversos aparelhos e também por meio de distintas esferas: federal (União); regional (Estados) e local (Municípios). (DANIEL, 1988:26).

A abordagem aqui apresentada, não pretende compreender as lógicas urbanas, porém, nos parece bastante oportuna a citação acima sobre elites locais, que indica uma das dificuldades enfrentadas por atores e poder local frente a atual política de descentralização instituída no final da década de 1980 no Brasil.

Outra conceituação sobre poder local é encontrada em GOHN (2001: 34/5):

"Nos anos 1990, o poder local passa a ser visto, de um lado, como sede político-administrativa do governo municipal, mais especificamente de suas sedes urbanas- as cidades, e de outro pelas novas formas de participação e organização popular, como dinamizador das mudanças sociais. Como isso foi possível? Justamente porque a categoria ampliou-se, abarcando outras dimensões além da geográfico-espacial, tais como as questões do comunitário e do associativismo. O poder local passou a ser visto como espaço de gestão político-administrativa e não como simples sede das elites (econômicas, sociais e políticas). Mudanças na conjuntura política e no cenário econômico explicam tais alterações. O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada como forma de participação da

população, na direção do que tem sido denominado empowerment ou empoderamento da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processo de desenvolvimento auto sustentável com a mediação de agentes externos- vos educadores, principalmente de ONG's do Terceiro Setor"

Outro aspecto, não menos importante, é a forma como vêm se constituindo os interesses das elites locais, os chamados municipalistas.

Celso Daniel, argumentando sobre a problemática do Poder Local no Brasil Urbano, discute como as elites em nível local, favorecem as condições para desenvolvimento das relações capitalistas no espaço local. Muito embora nossa análise se volte para a realidade agrária, concordamos com o autor quando sugere uma "gênese do poder local":

"A história da constituição dos municípios brasileiros- sobretudo quando desmembrados de municípios maiores- parece evidenciar que os produtores e disseminadores das noções de tradição e comunidade

local são os agrupadores sociais denominados elites locais. Lançando mão da eficácia dessas idéias, tais agentes se tornam organizadores de movimentos que buscam, e muitas vezes conseguem, fundar novas unidades de poder político local" (DANIEL, 1988: 33).

Outra análise bastante sugestiva, é da ação local, como mecanismo de criação de maior representatividade da sociedade civil nas decisões políticas. De acordo com Moraes, "...a descentralização e a municipalização, como consolidação democrática, estão sempre ligadas à participação e mostram que a força da cidadania está no município. É no município que as situações, de fato acontecem, . É no município que o cidadão nasce, vive e constrói sua história. É aí que o cidadão fiscaliza e exerce o controle social. (MORAIS, 2001:20).

Os municípios brasileiros foram alçados à categoria de membros efetivos da União, tornando-se co-responsáveis, junto com os Estados e o Governo Federal, pela implementação de diversas políticas públicas. Aos municípios, a legislação federal

sugere a criação de Conselhos Municipais, que devem ter nas prefeituras um apoio executivo.

A pesquisadora mexicana Alejandra Massolo, em artigo do final da década de 1980, argumenta sobre como se configurou em países europeus (França e Espanha), as reformas estatais em favor da descentralização e o novo papel dos governos municipais. A autora menciona alguns aspectos que podem surgir, em decorrência da descentralização.

"Exortar a participação é totalmente insuficiente se não se especifica e socializa amplamente como, onde e para que. De início a participação demanda uma tripla credibilidade por parte do Estado: este deve ser considerado democrático, honesto e eficiente. Ou seja, representativo em todos os níveis, descentralizado e defensor decidido das liberdades da sociedade."

Ela mostra como na América Latina, de tradição totalitária ainda arraigada, a exemplo da Espanha, a descentralização/municipalização se apresenta como uma demanda muito recente. Passando a

fazer parte do calendário político-institucional a partir da década de 70, segundo a autora acima referida.

Tratando da Reforma Municipal ocorrida no México, Massolo chama a atenção para "os perigos" ou "síndromes" do processo:

"(...) *centralismo*- limite poderoso para que o governo central desempenhe suas funções (...); *anacronismo*- resíduos arcaicos (...); *fracionamento do poder*- separação das funções do governo local (...); *instabilidade administrativa*- por causa da falta ou precária capacidade para organizar a administração municipal; *dependência financeira*- intimamente associada à centralização, pela qual os ganhos do município ficam reduzidos (...)" (MASSOLO, 1988: 49).

O processo de luta em favor da descentralização das decisões em todos os níveis das administrações, tanto federal, quanto estaduais e municipais, é uma reivindicação relativamente

recente no calendário político dos movimentos sociais no Brasil.

A Constituição de 1988 (TÍTULO III, CAPÍTULO IV, Arts. 29 a 31), estabeleceu várias conquistas neste sentido. Uma das mais marcantes e sentidas no cotidiano das cidades foi a municipalização, processo decorrente da descentralização. Aos municípios agora, compete suprimir às legislações federal e estadual. A legislação sugere que aos interesses da União, de Estados e Municípios competem, respectivamente, às generalidades, às especificidades e às localidades. Tratando, portanto, de uma complementaridade de funções e atribuições das instâncias mencionadas.

ARRETCHE, analisando aspectos importantes da descentralização do Estado federativo brasileiro argumenta que:

"(...) o grau de sucesso de um programa de descentralização está diretamente ligado à decisão pela implantação de regras de operação que efetivamente incentivem a adesão do nível de governo ao qual se dirigem: reduzindo os custos na execução(...) minimizando os custos

de instalação(...)" (ARRETCHE, 1999: 119).

A análise é pertinente quando destaca que descentralização não significa transferência de responsabilidades, mas também e fundamentalmente, transferência de recursos para gestão de políticas municipais que garantam melhorias na qualidade de vida e, conseqüentemente, na própria capacitação de todo capital social municipal. O que não significa garantia, por si só, de maior democratização, descentralização e capacitação dos atores locais, porém, a possibilidade de espaços públicos e políticos de negociação.

Assim, a definição de estratégias de participação cidadã, de aplicação de recursos e de definição de prioridades locais, além de uma desburocratização, são componentes fundamentais para que se possa instituir uma política de descentralização/municipalização visando o desenvolvimento local, que poderão ser condizentes com a imensa maioria dos municípios brasileiros, ainda carentes de recursos materiais, humanos, financeiros e institucionais que potencializem melhor definição das agendas locais de investimentos e políticas públicas. Quando se fala aqui de municípios brasileiros, estamos nos referindo às

pequenas cidades, de características rurais, com menos de 50 mil habitantes. Quanto às agendas de investimento e políticas públicas:

"É fundamental que simultaneamente a(o) (...) processo de construção do novo plano (municipal), haja também uma reconstrução ou aperfeiçoamento das formas de organização da sociedade civil, para participar desse processo. Tanto para participar do planejamento quanto da execução..." (CARVALHO, 93, 72).

A noção aqui entendida como poder local deve potencializar como a ação local deverá ser pensada com a participação dos vários atores sociais, ampliando os canais de comunicação entre sociedade e Estado, e representando seus vários segmentos, mantendo autonomia em relação a este.

Esta premissa é importante, principalmente, quando se trata do interior do Nordeste, onde as associações e cooperativas têm vinculações com o poder local, e são, geralmente, criadas por este.

O favorecimento para a apreensão da democratização/descentralização das decisões do poder local, teriam que tomar em consideração as

perspectivas aqui adotadas, já referendadas por inúmeras pesquisas.

Vejamos que dificuldades, estorvos, podem ser encontrados ao nível da realidade concreta de pequenos municípios interioranos do Nordeste, para a concretização de tais prerrogativas participativas e democratizadoras. Premissas essas que sugerem um processo de ações, sinergias na construção de políticas de desenvolvimento local capazes de superar práticas políticas autoritárias arraigadas na tradição e na cultura política local. A nossa hipótese, é a de que, tal estratégia de desenvolvimento local participativo, ao pressupor novos valores, novos conceitos, novos métodos e procedimentos de gestão da coisa pública, nova institucionalidade (conselhos, fóruns e outros instrumentos de participação cidadã); enfim, ao pressupor uma nova cultura de gestão de fundos e políticas públicas, esbarrem na velha e arraigada cultura política paroquial, autoritária, expressa por padrões de racionalidade e relacionais como: o mandonismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o nepotismo. Quais as possibilidades, na realidade concreta de Nova Floresta-PB., que os novos atores sociais locais, apesar da incipiente organização, tiveram para operar mudanças desejadas na ótica de

democratização da relação Estado e Sociedade em nível local?

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FLORESTA E DOS ATORES SOCIAIS

Nova Floresta está localizada no estado da Paraíba, na mesorregião do Agreste paraibano (IDEME-Pb., 1999), a uma altitude de 667m, (ver mapa, anexo 1), em destaque, o município de Nova Floresta.

Situado no planalto da Borborema, apresenta como feição topográfica a Serra de Cuité, que corresponde a uma altitude em torno de 650m.

A precipitação pluviométrica anual gira em torno de 500 a 600 mm. O clima é tropical megatérmico (SOUZA MARQUES, 1993: 23).

A área do município é de 60 Km², com um total de 3.681 ha. A população residente é de 9.411, sendo que 88,96%, tem residência na sede e os 11,04% restantes residem na zona rural, correspondendo a uma densidade demográfica de 157,88 habitantes por quilômetro quadrado (ver Tabela 1, anexo 2). (IBGE, PNAD-2000, CENSO POPULACIONAL- dados preliminares).

A principal atividade econômica do município é a agricultura, com destaque para a cultura do maracujá, com uma área plantada superior a 150 hectares, que veio substituindo a monocultura

do sisal a partir de meados dos anos 90 (SOUZA MARQUES, 1993: 27).

De acordo com os dados do IBGE (1995/6), a condição dos produtores rurais, divididos por estabelecimento, eram em quatro: proprietário; arrendatário; parceiro; ocupante (ver tabela 2, anexo 2). Dos estabelecimentos que declararam uso de tecnologia, os indicadores que mais apareceram foram os seguintes: assistência técnica; adubos e corretivos; controle de pragas e doenças; conservação do solo; irrigação e energia elétrica (ver tabela 3, anexo 2). Os dados revelam uma relativa utilização de tecnologia, a assistência técnica e o controle de pragas é prestada pelo escritório local da EMATER, a energia elétrica é fruto do Projeto Cooperar do Governo do Estado/Banco Mundial (extensivo à toda Paraíba) e só 15 estabelecimentos informaram a utilização de irrigação/conservação do solo.

Podemos afirmar também que, a imensa maioria dos estabelecimentos são de pequenas propriedades (ver tabela 4, anexo 2). Se observarmos, aproximadamente 98%, se concentram na faixa de menos de 10 há de terras, correspondendo a uma média de 10 hectares por estabelecimentos ou 4 hectares pessoa ocupada.

Referendando nossa afirmação acima, sobre a pouca utilização de tecnologia, os dados do Censo Agropecuário de 1995/6, nos informam ainda que mais de 50% da área total do município (ver tabela 5, anexo 2), é utilizada para pastagens naturais, descanso de lavouras e terras não utilizadas; além da disponibilidade de apenas 4 tratores para utilização na agricultura, obtendo-se uma média de 595 há/trator. Dois aspectos devem ser aqui observados: primeiro, a cultura, provavelmente herdada dos índios, da rotatividade e descanso das terras e; segundo, pelo fato do município está localizado na área conhecida como "Sémi-Arido Nordestino", região de maior vulnerabilidade a seca no âmbito do chamado "Polígono da Seca", área que ocupa quase 90% do território paraibano (PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARAÍBA, 1996).

A produção agrícola é constituída basicamente dos seguintes produtos: a) cultivos temporários: algodão, feijão, mandioca, milho; b) cultivos permanentes: sisal, maracujá e caju (SEBRAE-NOVA FLORESTA, 1993: 15).

No biênio de 1995/6, o total do pessoal ocupado na agricultura era de 966 pessoas representando 10,26 % da população total (ver tabela 6, anexo 2). Significando afirmar que, apesar da

agricultura ser a principal atividade econômica do município, não é sua maior fonte de renda. Os números do biênio 1995/6 (ver tabela 7, anexo 2), demonstram sua pouca importância, se comparados com o orçamento do Fundo Participação Municipal*.

É bastante provável que a prefeitura seja a principal "provedora", por vários motivos: primeiro pela quantidade de 368 funcionários (dados fornecidos pela Câmara Municipal); segundo, por não existirem grandes empresas ou agroindústrias; terceiro, boa parte dos escassos recursos são advindos da pensão rural; quarto, a importância do comércio é pequena, da pecuária, menos ainda. Restando a prefeitura como grande responsável para resolução dos problemas da população.

Na educação, Nova Floresta conta com um total de 12 escolas de ensino pré-escolar, 16 de ensino fundamental e 1 de ensino médio. Existe também 4 turmas de alunos do curso de Pedagogia, ministrado em regime especial (aulas concentradas nos dias de sábado), pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- CE.

* R\$ 840.62,00 (Nova Floresta).Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 1996/98 e IBGE- Malha Municipal Digital do Brasil 1997.

Esta universidade passou a atuar no Estado da Paraíba e outros estados nordestinos por conceção do Ministério da Educação, através da nova LDB, que "elegeu a década (...) como década da educação. Prevendo que todos os professores de ensino fundamental e médio, deverão estar capacitados até o ano de 2007(...)" (UVA, FORTALEZA: 2000). Entenda-se capacitados com, pelo menos, curso superior com habilitação em licenciatura.

Além de professores que estudam nas Universidades Federal e Estadual da Paraíba, pelo PEC (Programa Estudante Convênio), convênio firmado pelo governo do estado e as duas universidades públicas referidas.

Outros dados interessantes (e preocupantes) são os seguintes: i) pessoas com 4 anos ou mais de idade que não freqüentam escola 5. 692; ii) pessoas com 4 anos ou mais sem instrução ou menos de 1 ano de estudo 3.691 e, iii) pessoas com 4 anos ou mais com 11 anos de estudo 291 (IBGE, Contagem da População: 1996) , a partir dos 11 anos de estudo, o que demonstra o pouco acesso da imensa maioria da população a educação formal/escolar. Um bom indicador de que sem capital social, no qual a educação é fundamental, torna-se difícil a implantação dos pressupostos de uma nova política de gestão de investimentos e fundos públicos frentes

aos velhos padrões clientelistas locais. A dependência das pessoas da prefeitura para sobreviverem, pode ser um dos principais fatores de reforço deste velho padrão de condução dos negócios públicos.

Na área da saúde, o município conta com um hospital, alguns postos de saúde (poucos na zona rural), e programas permanentes: Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família, além do atendimento ambulatorial. Entretanto, os casos mais graves são encaminhados para centros maiores (como Campina Grande, por exemplo), pela falta de equipamentos e tratamentos necessários nessas ocasiões. Os dados referentes a mortalidade infantil são bastante imprecisos (ver tabela 8, anexo 2), tendo em vista que se resumem a um período de quatro anos entre 1995 a 1998, portanto, não podem ser tomados como conclusivos. Os índices de indigência social, entretanto, eram de cerca de 73% da população (IBGE, 1993); que pode revelar a baixa qualidade de vida, sendo indicador favorável à menor ocorrência de mortalidade infantil.

Assim, podemos afirmar que, pelos poucos recursos do FPM (op. Cit.), aliado ao fato do hospital local ser municipal (não receber recursos federais, nem estaduais, limitando-se a AIH's, auxílio de internação hospitalar, repassados pelo

governo do estado); a saúde do município em estudo, apresenta grandes dificuldades para atender às necessidades da população sua clientela, além disso, os postos de saúde funcionam, na zona rural, precariamente.

Os meios de comunicação da população são limitados, resumindo-se a grandes emissoras de televisão como: Globo, SBT, Record, Bandeirantes. Além do acesso a três jornais diários (impressos) que tem como assinantes: a prefeitura, a câmara de vereadores e meia dúzia de assinantes particulares.

Os equipamentos de cultura, esportes e lazer também são resumidos: três quadras de esportes, 1 biblioteca municipal, duas casas de espetáculos (clubes), duas vídeolocadoras.

A estrutura administrativa e de gestão está assim organizada: 368 funcionários públicos municipais que consomem 38% da receita municipal (nesta atividade), e os conselhos municipais de educação, saúde, assistência social, direitos da criança e do adolescente, meio ambiente e política urbana.

Os Conselhos Municipais são, provavelmente, um dos aspectos mais concretos e presentes no cotidiano das administrações locais, frutos de toda uma concepção de descentralização/participação aprovada na Constituição de 1988, devendo ter

representação tripartite (governo, sociedade civil e iniciativa privada), cabendo, a representação proporcional dos segmentos acima citados. Embora, na fala de muitos entrevistados, existe a afirmação de que, "a maioria dos conselheiros, são indicados pelo prefeito". O que significa dizer, que as atuais formas de correlação de forças dos Conselhos, ainda sofrem do velho problema do mandonismo local, impossibilitando maior autonomia no planejamento e gestão de políticas locais. Entretanto, a longo prazo, os Conselhos podem indicar para a possibilidade de uma nova institucionalidade político-administrativa de gestão da coisa pública. O que podemos afirmar, neste instante, é o fato dos Conselhos ainda se apresentarem como uma incógnita, não permitindo quaisquer afirmações de caráter mais geral.

Os instrumentos de planejamento municipais são: Plano Plurianual de Investimentos; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei Orgânica Municipal (IBGE- Informações Complementares Municipais: 1999). Apesar da afirmação de um informante de que, "Eles existem só para cumprir tabela..."

Na próxima seção trataremos do surgimento dos novos atores sociais em Nova Floresta, as tensões, contradições, além de alguns fatos que

marcaram este momento de sua história e os processos de vivência coletiva e cotidiana.

2.1 - SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS EM NOVA FLORESTA

O Surgimento dos novos atores sociais em Nova Floresta- PB., aconteceu num momento bastante significativo e particular de sua história. O cenário político e institucional no início dos anos 80, é bastante marcado pelo tradicionalismo e pelo apadrinhamento, não existindo uma oposição mais organizada do ponto de vista político-partidário e dos movimentos sociais.

As sucessivas administrações, desde sua emancipação política datada de 1959, se preocupavam em garantir para os afiliados alguns serviços básicos, mesmo que precariamente, ao longo do tempo essas gestões não levaram em conta o planejamento das atividades em nível local.

Durante mais de 30 anos, o grupo político que se sucedia no poder conseguia hegemonia através da distribuição de favores ou pela coerção. As relações de clientelismo sempre foram uma marca desse modelo de gestão local, em que os prefeitos

distribuindo favores e, muitas vezes, pressionando os eleitores, garantiam a permanência no poder, com fortes traços de coronelismo.

"O conceito de clientelismo aqui empregado... Prevaecem as relações de poder de caráter doméstico e as relações afetivas; a maioria dos recursos são originados do Estado, porém, no gerenciamento desses recursos, muitas vezes, os chefes deixam transparecer que eles são advindos deles próprios e não do poder impessoal burocrático-administrativo do Estado... No conceito de clientelismo aqui empregado, o poder dos chefes passa a ser fortalecido também em função da liberalização desses recursos." (MORAIS DE SOUSA, 2001: 10).

Por outro lado, o partido de oposição MDB (Movimento Democrático Brasileiro), fundado só no ano de 1982, apresentou neste ano candidaturas, segundo um dos informantes entrevistados:

"o que marcou a campanha de 1982

foi o voto vinculado...as pessoas votavam nos outros candidatos e deixava de votar no candidato a prefeito porque era ruim... exatamente pela vinculação do voto e que também era um candidato inexpressivo." (U. J. S. informante).

Pelo fato das primeiras informações coletadas terem acontecido através de entrevistas, a totalidade dos entrevistados remontaram à épocas passadas, "os idos das décadas de 70 e 80", épocas de incertezas, de contradições, da religiosidade militante, descobrindo na memória as influências que o padre exercia. Na maioria das vezes, a simpatia pela pregação apaixonada, no trabalho de assistência aos mais necessitados, na preocupação com o futuro da juventude, a solidariedade aos trabalhadores rurais até a conscientização política; a totalidade dos entrevistados afirma que antes do ano de 1985, não existiam espaços de participação política, sindical ou de qualquer outra natureza, que não os "grupos de igreja".

Merece destaque a figura do padre Donato Rizzi, sujeito carismático e bonachão com sotaque pesado, tinha fama de brigar com as crianças que

faziam barulho perto do altar, de imediato se identificou com a população mais carente. Esse religioso italiano que veio para o Brasil na década de 70, fazia sua pregação geralmente no domingo à noite. Depois de um certo tempo começou a fazer críticas, mesmo que indiretamente, aos prefeitos e proprietários de terras da cidade, além de iniciar um tímido trabalho de nova interpretação do evangelho, a Teologia da Libertação *.

"o padre da época, o padre Donato ele nos orientava, né. Prá vida de futuro, prá vida futura. E nos conscientizava politicamente." (P. O. informante).

Em meados dos anos 80, surge um grupo de estudantes universitários querendo entender quais os mecanismos de funcionamento das administrações em todos os níveis, principalmente o local.

* Opção política da ala progressista da Igreja Católica, na América Latina, em favor dos pobres e excluídos.

Inicialmente, reunindo-se informalmente e, posteriormente, na COMUNINF (Comunidade Universitária de Nova Floresta). Este grupo organizado em torno da entidade, resolveu organizar debates por toda cidade. Para tanto, pensou na estratégia de discutir vários assuntos até então desconhecidos ou de pouco conhecimento na cidade.

Portanto, questões como saúde pública, agricultura, cultura. Além da organização de torneios esportivos, passaram a fazer parte do calendário político e social local.

Provavelmente, por causa da influência do padre Donato Rizzi, dos grupos da igreja católica e da COMUNINF, o cenário político de Nova Floresta começa a mudar.

Pela primeira vez, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), passa a ser presidido por um rapaz ligado a este grupo. Os conflitos de terra entre proprietários e trabalhadores rurais ganharam importância e destaque; as críticas ao poder local passaram a acontecer no cotidiano da cidade:

"Lembro dos grupos de igreja, né. Do trabalho dos grupos de jovens de igreja, né. Mas era, essa época foi uma época, foi do período que houve

perseguições às pessoas desses grupos, principalmente grupos de igreja, que era um dos princípios daquela época. Inclusive encabeçado pelo padre Donato, que teve inclusive ameaças, sofreu ameaças aqui na região do Curimataú por trabalhar na formação política desses jovens, né, na época..." (P. C. R. informante).

Nesse sentido, podemos afirmar, como o faz a professora Gohn (op. cit.) que, os novos atores em Nova Floresta, além de agir coletivamente, forjar uma certa identidade, mobilizaram um conjunto de forças e fatores que determinaram as formas de vivência política a partir de então na cidade: reivindicando, ocupando espaços e opinando nas decisões locais. Entretanto, a sucessão dos acontecimentos não se deu de forma linear, foi sendo disseminada no cotidiano dos atores sociais no município acima citado.

A Associação dos Estudantes Universitários (COMUNINF) realiza um evento novo com debates, palestras, apresentações culturais, religiosas, entre outras atividades que marcaram a primeira aparição pública da entidade recém-criada.

Esta primeira iniciativa teve grande repercussão e foi intitulada de "1ª Semana Universitária de Nova Floresta". Também se apresentaram vários grupos de dança, teatro popular e outras atrações. Nos anos posteriores, foram realizadas outras semanas universitárias, manteve-se uma certa coesão no grupo inicial, porém, nos cargos de direção houve algumas mudanças, rodízios*.

Entretanto, apesar das tentativas e da organização das semanas posteriores, a maioria dos informantes revela que o resultado obtido não foi o mesmo da primeira. O nível de envolvimento e a disponibilidade de recursos materiais e humanos também não foram os mesmos. Provavelmente, um dos fatores que contribuíram para a diminuição dos apoios, tanto institucionais, quanto financeiros e humanos foi o fato de que a maioria da população já identificava entre os integrantes da associação um perfil de grupo político que começava a apresentar sinais de oposição pontual aos governos e grupos políticos no poder local. Como nos revela a fala de um dos ex-dirigentes,

"(...)na primeira semana, o apoio dos comerciantes, da prefeitura e

* Termo usado por alguns dos ex-diretores como estratégias para surgimento de novas lideranças.

da população em geral foi irrestrito, resultado não conseguido nos anos posteriores(...)" (O. P. informante).

Para os entrevistados, as experiências das semanas universitárias (todos participaram direta ou indiretamente), foram marcantes. Dependendo dos referenciais, do tipo de envolvimento e do lugar social que cada informante fala, aparecem as motivações, rancores e as dissidências. Contradições de um processo de vivência política que nem todos vivenciaram com a mesma intensidade e com o mesmo sabor. Enquanto algumas pessoas fizeram parte da coordenação outras serviram como 'apoio'.

"Participei... me chamaram prá que eu auxiliasse no grupo... então minha participação maior acho que foi...foi a mão-de-obra, né? Então, algumas semanas... que aconteceram eu participei auxiliando de uma forma ou de outra. Agora na verdade eu não lembro de fruto nenhum que tenha ficado dessas semanas..." (A. P. informante).

No ano de 1986 aconteceram as eleições gerais (deputados, senadores, governadores). Após as eleições se iniciaram as discussões para a Assembléia Nacional Constituinte. Este grupo, agora ampliado e fortalecido com o resultado das eleições, discute com parte da população a importância da futura Constituição e a luta pela aprovação de leis que beneficiassem os trabalhadores e trabalhadoras.

Apesar do fortalecimento do grupo aparecem os primeiros sinais de divergências, já que a fração mais ligada à Igreja Católica passa apoiar candidatos do Partido dos Trabalhadores e o grupo que se autodenominou de "PMDB Jovem", passou a apoiar candidatos do próprio partido.

Os que temos denominado aqui de novos atores sociais em Nova Floresta demonstram motivações e interesses diferentes e até contraditórios no envolvimento com "questões políticas" e na definição e ampliação dos espaços de participação. Boa parte apresentava, na época, inseguranças e incertezas das reais intenções e objetivos em fazer oposição ao poder local.

As reuniões aconteciam em lugares informais como residências, garagens, ou escolas públicas, dependências da Igreja Católica, clubes, sindicatos;

acontecendo ainda em grandes atos públicos e em outros ambientes.

Novamente, o grupo sai fortalecido por conseguir criar um apoio popular no sentido de reivindicar mudanças nas leis para garantia de melhorias na qualidade de vida.

O que ocorria nas reuniões era a discussão de vários temas, desde saúde, educação, segurança até o acompanhamento do desempenho dos deputados e senadores eleitos na região. Além, do principal assunto da época, Constituinte. GLÓRIA GOHN, tratando dos movimentos sociais declara:

"Os anos de 1986 e 1987 foram marcados em todo o Brasil por uma movimentação sóciopolítica em torno do processo constituinte. Nesta ocasião, uma aliança entre diferentes setores da sociedade civil e política levou, em vários estados brasileiros, à formação de um movimento social organizado..."

(GOHN, 1997: 122)

Embora as motivações sendo diferentes, as pessoas que se envolveram direta ou indiretamente com o que ficou conhecido como "ações populares",

geralmente, abaixo assinados, documentos defendendo as causas sociais contendo: os interesses dos trabalhadores, as questões indígenas, das mulheres, dos negros e outras minorias, além de grandes causas nacionais como a " Lei de Patentes " e a Soberania Nacional na Amazônia, afirmam que contribuíram para as discussões e aprovação das propostas na Constituição.

Com relação ao envolvimento em Nova Floresta; todos os entrevistados afirmam que nas discussões e correlação de forças do Congresso Nacional, não tiveram como interferir: primeiro, pela organização e força conservadora da bancada que ficou conhecida como Centrão *; segundo, pela desarticulação com os deputados da ala progressista.

As expectativas para criação de espaços públicos democráticos, incentivando a participação da sociedade através de setores públicos (não estatais) e comunitários, no sentido de definir uma atuação que servisse de alternativa para inclusão dos grupos marginalizados ou não beneficiados pelo poder local, foi se constituindo como uma das principais reivindicações da oposição.

* Grupo de deputados que apresentavam um perfil conservador, defendiam os interesses dos grandes proprietários e geralmente, eram contrários as questões das minorias e dos trabalhadores.

As condições objetivas para mudança no cenário público político em Nova Floresta parecem bastante emergentes. Podemos perceber que no final dos anos 80, com mudanças significativas no Brasil, a conjuntura e a configuração de novas alianças tanto sociais como políticas e institucionais serão marcadamente alteradas com a Promulgação da Nova Constituição. Esse cenário propicia a aparição dos movimentos sociais interferindo e influenciando nas decisões em nível local.

O ano de 1988 é o ano das eleições municipais, vários setores se organizaram para tentar disputar a prefeitura e vagas na câmara de vereadores. O grupo aqui referido continua se reunindo e discute a possibilidade de participar das eleições municipais. Neste momento apareceram várias facções defendendo pontos de vistas diferentes.

Alguns pregavam a necessidade de fundação de um outro partido; outros acreditavam na necessidade de uma aliança com o partido da oposição (PMDB na época). Outros ainda pregavam a não participação de nenhuma forma. O resultado assim, é numa divisão das opiniões, parte dos novos atores se filia ao partido de oposição e apresentam um candidato a vereador.

Este resultado aconteceu depois de muitas discussões e articulações, de forma que garantiram uma vaga na câmara de vereadores através da eleição de um dos membros do grupo.

No plano mais geral, na disputa para prefeito são lançadas duas candidaturas: uma da situação e uma da oposição. Pela primeira vez na história política da cidade, dois candidatos com formação superior disputam a prefeitura, um candidato a prefeito médico e um candidato a vice-prefeito engenheiro civil.

Até aquele momento, os prefeitos e concorrentes ao cargo, apresentavam pouco grau de escolaridade, o que foi motivo de muitas críticas durante algum tempo. Acreditava-se que o pouco grau de instrução era um dos fatores responsáveis pelo baixo desempenho de alguns administradores.

No decorrer desses anos, surge no município uma opinião pública mais atenta, crítica e endereçada ao grupo político que a administrava desde sua fundação.

Como resultado dessa opinião pública crítica e organizada, através de grupos de jovens, grupos da Igreja e, agora, de partidos e grupos políticos, há a derrota do candidato à prefeito da oposição nas eleições de 1988. Este fato foi recebido como vitória, dada a pequena diferença em

números de votos e a criação de novas lideranças na política municipal.

"(...)a partir daí sim, nós já tínhamos em 88 uma participação, digamos assim, efetiva na política local. Que a gente vinha desse movimento de 85, a Semana Universitária, a gente vinha do PMDB Jovem, que foi uma coisa que a gente se filiou...a gente estava naquele grupo denominado PMDB Jovem, né? Que na época foi importante, que foi onde a gente conseguiu um espaço de atuação com a juventude." (F. C. informante).

Assim, as disputas políticas locais acirraram-se por causa do surgimento de outros atores sociais e políticos. Nova Floresta passa por uma transformação nas suas formas de vivência política, comunitária e cotidiana. Cria-se então um espaço público, onde os principais problemas são discutidos abertamente nas ruas, "esquinas" e espaços institucionalizados (câmara de vereadores, atos públicos e comícios).

O nível de politização aumenta, uma vez que, os simpatizantes, tanto da situação quanto da oposição, discutem cotidianamente seus problemas: desemprego, melhoria na educação, prestação de contas por parte da prefeitura; além das ações do prefeito e dos vereadores em resposta ao novo cenário político.

Acreditamos que esta mudança de cenário político e institucional em Nova Floresta aconteceu aos poucos, no seu cotidiano, fruto de todo trabalho comunitário desenvolvido pelos novos atores sociais surgidos no decorrer da década de 1980. Fundamentalmente, a Associação dos Estudantes Universitários, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), os grupos de jovens ligados à Igreja Católica e o chamado "PMDB Jovem". Juntos ou separadamente, contribuíram, cada um à sua maneira para construção de uma hegemonia que mais tarde levaria ao poder local os candidatos do PMDB.

Este processo é marcado pelos episódios das paixões políticas, das simpatias pessoais, dos discursos inflamados, do ouvinte atento, do jogo de intrigas, do xadrez político, da criação de uma rede de informações e contra-informações, das "conquistas amorosas" em defesa das causas do município, sejam dos candidatos ou dos grupos políticos.

Outro fator bastante significativo nesta mudança de cenário foi a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988. Considerada como a Constituição Cidadã. O documento prometeu interferir de forma direta nas ações e decisões político-administrativas dos municípios em todo Brasil.

Este documento estabeleceu novos princípios de organização político-sócio-culturais e fortaleceu as tendências de democratização das gestões locais. Seguindo esta tendência, estados e municípios também elaboraram suas constituições (no caso dos municípios, as "Leis Orgânicas"), nos anos de 1989 e 1990, respectivamente.

Com a nova Constituição, os municípios brasileiros foram novamente alçados à categoria de membros efetivos da União, tornando-se co-responsáveis, juntamente com os Estados e o Governo Federal, pela implementação de diversos termos e políticas públicas, incluindo a municipalização. Aos municípios, a legislação federal sugere a criação de Conselhos Municipais, que deveriam ter nas prefeituras um apoio executivo de acordo com as possibilidades de rearranjos políticos locais.

Outro aspecto importante, fruto da Nova Constituição, foi a possibilidade de construção de novas alianças, dentro dos Conselhos Municipais, no

sentido de permitir, mesmo que de forma limitada, interferências nas decisões locais. A previsão era para participação dos grupos da sociedade civil organizada, o que permitiria, teoricamente, um leque maior de representantes de várias instituições possibilitando o aumento nos espaços de negociação e a criação de consensos, mesmo que provisoriamente.

No entanto, autores que trabalham com o tema, alertam para a debilidade organizativa dos Conselhos Municipais, servindo, boa parte das vezes, somente para referendar as decisões já tomadas pelos executivos locais.

O processo de descentralização das decisões em nível local se apresenta, basicamente, com duas características: a) por um lado, como efetiva democratização das decisões; e por outro, b) a mais provável, como forma de escamoteamento da presença do Estado Nacional na prestação de serviços à população, tendo como reflexo no município, na maioria das vezes, conselheiros despreparados e Conselhos Municipais que sequer são reunidos, apenas referendando as decisões já tomadas pelo executivo municipal.

Ao contrário, o que se percebe, na maioria das vezes, é a falta de vontade dos administradores em relação às questões de participação popular no planejamento das atividades.

Essas ações são pensadas como espaços de criação de identidades, de reafirmação dos laços culturais, sociais, de lazer, em que os atores se percebem dentro das lutas e reivindicações, conquistas de bens coletivos e inserção na tomada de decisões, com suas especificidades, singularidades, como sujeitos de suas lutas e conquistas.

Na próxima seção serão analisadas as novas configurações com a promulgação das Constituições: Federal (1988); Estadual 1989 e Lei Orgânica Municipal (1990), as perspectivas para interferências no poder local, já tratado no capítulo anterior.

2.2 - OS NOVOS ATORES INTERFERINDO NAS DECISÕES LOCAIS

Os grupos que perderam as eleições municipais se rearticulam visando uma oposição mais sistemática como garantia e afirmação dos espaços conquistados no decorrer da década de 1980. Após as eleições municipais de 1988, com a derrota do candidato do PMDB para prefeito, e da eleição de três vereadores do partido, aconteceram mudanças na forma de legislar e administrar no município. Quando os novos eleitos assumiram, os mecanismos de barganha e disputa políticas também se alteraram;

dos três vereadores eleitos, um apresenta uma forma, até então diferente, de fazer política e apresentar projetos na câmara municipal, a partir de então, o que contava eram as iniciativas populares*.

Pelo fato de ser ligado aos grupos de jovens da Igreja, do "PMDB Jovem" e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, este vereador tentou democratizar suas ações no legislativo municipal, a forma encontrada foi visitando ruas e comunidades em busca de assinaturas (para projetos de iniciativa popular), de acordo com o previsto na Lei Orgânica Municipal (op. cit), reuniões e denúncias públicas. De forma que nos anos de 1989 e 1990, quando este trabalho aconteceu mais sistematicamente, o chefe do executivo municipal sentiu-se bastante incomodado pelo trabalho desenvolvido.

O início da gestão recém eleita foi bastante conturbado, provavelmente, pela falta de experiência do prefeito recém empossado, para lidar com as críticas e sugestões da oposição. Aconteceram perseguições aos funcionários assumidamente, contrários à nova administração, demissões, coerções e ameaças de várias naturezas.

*A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara de projetos de leis subscritos, por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no município...(LEI ORGÂNICA DE NOVA FLORESTA, SUBSEÇÃO III; Art. 47, 1990: 11).

Neste sentido, acirraram-se os ânimos por parte da oposição e da situação, contanto que os aliados e adversários do prefeito em muitas situações chegaram "as vias de fato", através de agressões físicas e verbais de lado a lado. Portanto, este é o novo cenário das disputas políticas, a partir da administração municipal local, quando assumiu os destinos municipais no ano de 1989.

Pela primeira vez na cidade, um vereador cobra as prestações de contas da prefeitura, denuncia as irregularidades e convoca a população em geral para assistir as reuniões na Câmara Municipal, com o intuito de fiscalização tanto do executivo, quanto do legislativo municipais.

Desta forma, os que aqui denominamos de novos atores sociais começam por interferir nas decisões locais.

Porém, apesar dos esforços dos novos atores, não existia um "consenso", nem uma diretriz, sobre qual a melhor forma de fazer oposição e ocupar os espaços. Um determinado grupo acreditava que o diálogo seria o caminho mais acertado para a negociação pública, enquanto outro acreditava que só através da pressão é que se poderia ir conquistando, aos poucos, os espaços de negociações e acordos públicos.

O saldo é que, dentro do próprio partido de oposição, PMDB, se inicia um tímido e lento processo de dissidência. Contudo, apesar da latente e imprevisível divisão, os novos atores continuam na oposição enfrentando as crises internas e questionando sistematicamente a situação, resultando na divisão do PMDB e na fundação de um outro partido no ano de 1990.

Um dos entrevistados afirma que a experiência no antigo partido, "serviu para meu amadurecimento no trato com as questões políticas e comunitárias". O que demonstra que, as novas vivências tiveram uma influência importante no aprendizado societário, político e de cidadania para os atores envolvidos neste episódio da história local.

Os recentes estudos apontam para alternativas que, dependendo do grau de articulação e capacidade de organização, poderão servir de espaços onde os vários atores sociais, apontem para projetos societários futuros, que atendam as necessidades de populações atualmente fora do mercado produtivo e de consumo.

Em Nova Floresta, neste momento, ainda persistiam os vícios de uma administração com traços de clientelismo e apadrinhamento como já referido

anteriormente, características das prefeituras de cidades rurais de pequeno porte.

Porém, passa a existir, por parte dos gestores municipais, a preocupação com uma opinião pública atenta às suas iniciativas.

Os atores sociais da cidade em estudo, ainda demonstram pouca maturidade, de acordo com os dados coletados e a perspectiva aqui apresentada. Contudo, já mostram sinais de preocupação com as gestões locais a ponto de participarem, e cobrarem, mesmo timidamente ainda, as iniciativas implementadas pelas constituições: Federal, Estadual e Lei Orgânica do município.

A maioria dos entrevistados afirmou que, "participam de algum tipo de reunião na Câmara de Vereadores, partido político ou de outras entidades que podem 'melhorar' minha cidade".

Assim, os novos atores sociais no município em estudo participam, lutam e interferem diretamente nas formas de vivência coletiva e no trato da coisa pública. O que não significa dizer que proporcionam mudanças de postura, num ambiente político-institucional marcado pelas formas antigas clientelistas, autoritárias e conservadoras de tratar dos bens de consumo coletivo.

No próximo capítulo, trataremos dos resultados que são frutos do conjunto de atividades,

articulações e interferências geradas no município a partir do surgimento dos novos atores.

CAPÍTULO 3

MUDANÇAS NO CENÁRIO: NOVOS ATORES E ANTIGAS PRÁTICAS

Neste capítulo serão analisados os aspectos decorrentes dos capítulos anteriores, observando-se como surgiram novas lideranças, como essas novas lideranças se consolidaram, que mecanismos foram usados para possibilitar a chegada ao poder local e as dissidências que surgiram quando da ascensão política.

Na primeira parte do capítulo, abordaremos as formas como, no cenário municipal, aconteceram os mecanismos para consolidação do novo grupo de atores sociais e políticos; atenção especial será dada ao surgimento de novas lideranças no município de Nova Floresta no final dos anos 80 e início dos anos 90. A formação de novas alianças que possibilitaram a criação de uma nova hegemonia local levando ao poder a oposição.

Na segunda parte, verificaremos como os novos atores, depois da chegada ao poder local, se relacionam com as antigas 'bases', no sentido de perceber que componentes incorporaram das antigas

reivindicações, que modelo de gestão apresentaram e em que aspectos se diferenciaram das administrações anteriores.

Na terceira e última parte, buscaremos perceber quais aspectos foram imprescindíveis para implementar políticas públicas, a mediação dos Conselhos Municipais e a configuração de uma nova oposição por parte de antigos aliados.

3.1 - MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO E CONSOLIDAÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS

Após os anos de 1989/90, quando a oposição se consolidou como força política e os vereadores conseguiram se apresentar como alternativa nos trabalhos da Câmara, destacadamente, um parlamentar oriundo dos grupos referidos nos capítulos anteriores, já existia, tanto por parte da situação quanto da oposição e dos demais atores, a percepção de que, novas lideranças estavam surgindo no cenário local.

O candidato que perdeu as eleições de 1988, percebeu o potencial desenvolvido pelos vereadores de seu partido no legislativo local, a partir daí, passou-se por um período de oposição organizada ao grupo no poder.

Denúncias, atos públicos, comícios e várias outras formas de fazer oposição, foram utilizadas como conquista de espaços no cotidiano do município. De forma que, no decorrer dos dois primeiros anos da década de 1990, surgiram novas lideranças sociais e políticas que até então, inexisteriam no município. Como demonstra a opinião de um informante,

"(...)a partir de 88 a gente já tinha aí, nesse aspecto, digamos assim, uma participação política na cidade bastante efetiva, não é? Foi justamente no primeiro mandato do pessoal aí do PMDB, que hoje governa a cidade, e a gente, teve uma eleição disputada em 88(...) E a partir daí sim, nós já tínhamos uma participação bastante efetiva na política local(...)" (F. R. informante).

No ano de 1990, é fundado o Partido dos Trabalhadores, como consequência da divisão ocorrida na oposição logo após as eleições de 1988.

Fruto das divergências que marcaram esta aliança, o partido aparece como novo ator na vida social e política municipal. As principais bandeiras de lutas do partido eram questões de orientação nacional: reforma agrária, não pagamento da dívida externa, contra a discriminação racial, entre outras.

Sem ter um programa muito definido de como atuar localmente, este novo ator, naquele momento, não percebeu as sutilezas e especificidades de Nova Floresta, onde a grande maioria dos agricultores são

pequenos proprietários, agricultores familiares ou trabalhadores meeiros, ou ainda trabalhadores alugados*.

É importante notar que, mesmo depois das divergências nos anos anteriores; na eleição de 1992, os dois grupos se reuniram apresentando candidaturas numa coligação entre PMDB e PT, com o objetivo de tomar o poder local e substituir o grupo que se sucedia no poder há mais de 30 anos.

As maiores críticas endereçadas ao antigo bloco no poder eram, além de inúmeras outras: apadrinhamento; desvio de recursos de uma secretaria para outra, dependendo das necessidades conjunturais; falta de transparência em relação às prestações de contas municipais e perseguições aos adversários. Tal como afirma um informante,

"(...)eu lembro que as perseguições eram imensas, até inclusive com coisas simples, mas que você sentia que era perseguido, e até com perseguições de militares mesmo, os prefeitos naquela época, o prefeito colocava até pessoas da

* Expressão que não chega a ser definida como categoria sociológica, mas é bastante comum na região do Curimataú. Ou seja, o trabalhador que não tem nenhum tipo de vínculo empregatício. Também conhecido como diarista.

polícia pra perseguir gente, né(...)" (J. I. S. informante).

Dessa forma, os grupos que identificamos como oposição, passaram a utilizar destes argumentos na tentativa de criação de uma nova hegemonia municipal.

Fortalecendo e ampliando os espaços conquistados no decorrer de quase uma década no trabalho de oposição, alguns atores entenderam que eram estes os espaços que deveriam ser conquistados para consolidar e liderar os grupos que, apesar das divergências, continuavam dialogando e se opondo ao poder local.

Aqui também merece destaque a atuação da Igreja Católica, durante toda a década de 1980, tendo no padre Donato Rizzi, já citado em capítulo anterior, a pessoa que impulsionou a formação de grupos de jovens, grupos de solidariedade, Comunidades Eclesiais de Base e um trabalho mais direcionado para Teologia da Libertação*, (ver capítulo 1).

*Sobre o tema ver também, KRISCHKE, Paulo & MAINHWARING, Scott, (Org) A Igreja nas Bases em Tempo de Libertação (1974-1985). Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

Essa ação possibilitou um olhar e uma atuação mais voltada a realidade do município e seus problemas mais imediatos.

Na próxima seção, observaremos como se deram as alianças em torno dos candidatos de oposição para chegarem ao poder local.

3.2 - OS NOVOS ATORES NO PODER

No ano de 1992, aconteceram as eleições municipais, os grupos políticos concorrentes à prefeitura apresentam suas candidaturas. De um lado, a situação, com um candidato que já havia sido prefeito representando o grupo no poder desde a fundação da cidade; de outro, o candidato da oposição, mais identificado com os movimentos de oposição, que até aquele instante, não havia exercido nenhum cargo eletivo. Como disse um dos entrevistados, "(...)era novidade na política."

Merecem destaque, três pessoas (um empresário, um engenheiro e um funcionário público) que conseguiram, com muitos conflitos e uma boa dose de perspicácia, capitalizar os esforços coletivos, fruto dos vários movimentos e atores envolvidos, se colocando na liderança de todo um processo social

desencadeado nas décadas de 1980 e 1990, alternando-se nos cargos de: prefeito, vice-prefeito e presidente da câmara de vereadores, nas gestões que sucederam ao antigo grupo político.

O novo bloco no poder assume os cargos com o compromisso de moralização das ações administrativas locais e direcionamento diferenciado das decisões municipais.

Portanto, os novos gestores locais acreditavam que, a partir daquele momento, poderiam fazer um trabalho diferenciado das gestões anteriores.

Do tenso e conflituoso período eleitoral, o saldo foi a eleição dos candidatos de oposição para prefeitura, prefeito e vice do PMDB, além da maioria de vereadores do mesmo partido na câmara municipal e nenhum candidato eleito do PT.

Trata-se, então, de novas perspectivas para traçar destinos diferentes para a cidade, que até aquele momento só conhecia uma forma de gerenciamento, como já tratado neste trabalho anteriormente (ver capítulos 1 e 2). A fala de um informante retrata bem a opinião do novo grupo no poder,

"Então houve avanço, e os avanços estão bem claros na agricultura, um

pouco, na saúde mais, na educação também. Porque naquela época, até 1992, o que era destinado à educação era aplicado... era desviado, eu posso dizer dessa forma, né? Era desviado para outras secretarias, não era cumprido, o que realmente está na Constituição." (A. P. R. informante).

A expectativa criada em torno dos novos gestores deixou claro que, tanto o grupo que perdeu as eleições, quanto a população em geral estava mais atenta e disposta a fiscalizar, mesmo que indiretamente, as ações desenvolvidas de agora em diante,

"Antes era(...) o grupo, o pessoal do poder(...) fazia determinada coisa, administrava ao seu bel prazer, como se diz, né? Não tinha alguém que chegasse e achasse que estava certo, que estava errado, né? Que criticasse isso ou aquilo. Hoje é diferente, o pessoal antes de fazer determinadas coisas, eles

pensam, olham(...) 'o pessoal, como é que vai ser(...),' né." (B. A. A. informante)

Podemos afirmar que as formas de vivência política e cotidiana em Nova Floresta, deste momento em diante, passaram por algumas mudanças significativas. As críticas endereçadas ao grupo no poder podem ser entendidas não só como revanchismos de grupos ou adversários; agora, boa parte das ações administrativas passam, necessariamente, pelo crivo da população.

Muito embora, legalmente, os mecanismos de fiscalização e controle das ações locais não sendo do conhecimento de grande parte das pessoas, as conversas no trabalho, as fofocas das esquinas, as críticas da oposição têm um efeito simbólico muito presente, sendo inclusive responsáveis, algumas vezes, por mudanças nas decisões locais. Além do trabalho dos vereadores de oposição na câmara.

Neste sentido, os gestores não podem deixar passar despercebido o que aqui podemos chamar de uma "opinião pública local", já referida (ver capítulo 1).

Por causa da formação de uma opinião pública local, os representantes do poder local incorporaram, durante algum tempo, reivindicações

dos antigos grupos de oposição, passando a prestar contas, publicamente, das ações administrativas. Um informante afirma o seguinte:

"Se a gente refletir, por exemplo: como era a política de Nova Floresta, ou se a gente fizer dos outros municípios em relação à Nova Floresta(...)no Curimataú, onde ela é mais politizada, onde as pessoas, mesmo que estão no poder, são sabedoras que existe uma oposição ali, que existe gente que fiscaliza, que existe, que a sociedade ela, ela está, ela se alertou. Ela está de olho, ela cobra dos políticos(...)" (M. F. informante).

Outro aspecto importante para participação e incorporação de propostas dos vários segmentos sociais foi à criação, em meados da década de 1990, dos Conselhos Municipais. Como parte da descentralização prevista na Constituição Federal (ver capítulo 1), os conselhos deveriam ser canais de diálogo entre o executivo local e as propostas e

anseios populares na definição de políticas públicas em nível local.

Entretanto, muitos dos entrevistados afirmam que os conselhos ainda não têm um funcionamento de forma a proporcionar a efetiva participação social sem a interferência dos grupos dominantes locais. Este fato impossibilita maior democratização e descentralização das decisões. Ao contrário, o grupo agora no poder, utiliza de várias formas os Conselhos e a maioria dos conselheiros, já que em cidades de pequeno porte, a exemplo do caso em estudo, os conselhos que funcionam, a maioria das vezes, apenas referenda as decisões do prefeito (ver capítulos 1 e 2).

"Nós temos hoje, embora ainda não funcione a contento, eu faço essa crítica aí, porque a coisa ainda é muito, digamos assim, muito jogo, muito carta marcada mesmo, o poder, o prefeito é quem manipula as pessoas que vão participar do conselho, os conselheiros não estão conscientes do seu dever lá nos conselhos e não pressionam...mas, de qualquer forma já existe o

Conselho de Agricultura, de Educação..." (R. F. S. informante).

Os espaços para participação e fiscalização, são ampliados entre os anos de 1992/96, se tomarmos como referência as administrações anteriores, porém, se pensarmos em termos de participação efetiva dos segmentos sociais o trecho acima demonstra que os Conselhos Municipais em Nova Floresta, até o momento têm servido apenas para referendar decisões já tomadas pelos prefeitos da situação.

É importante entender que a simples transferência de responsabilidades e alguns recursos a mais, por si só, não garantem o envolvimento da comunidade na definição de políticas locais, sendo necessários mecanismos de controle pela sociedade, tanto da definição de prioridades, quanto da aplicação desses recursos. Não tem sido essa a realidade de Nova Floresta, apesar dos esforços dos atores sociais envolvidos.

No próximo ponto, analisaremos os encaminhamentos que possibilitaram a re-configuração de novas alianças, as idas e vindas de um processo tenso, contraditório marcado por interesses, individuais ou de grupos, para permanência no poder local.

3.3 - NOVAS DISSIDÊNCIAS: CONTRADIÇÕES DE UM PROCESSO

Provavelmente, pelo fato de, no início da gestão, o novo prefeito não ter levado em conta as propostas do Partido dos Trabalhadores, além de não ter acontecido um convite oficial para a participação deste no governo que se iniciava, atitude comum em governos de coalizão, pode ter gerado o descontentamento dos setores que, não sendo do partido recém eleito, contribuíram para a eleição dos candidatos desse partido.

Nos anos seguintes, o conflito ficou meio que latente, em que existiam críticas de parte a parte, mesmo sem as lideranças dos partidos dizerem publicamente que a aliança estava desfeita.

Entretanto, no ano de 1995, as divergências em relação a forma de governar a cidade, entre os partidos envolvidos na aliança firmada na última eleição municipal eram bastante evidentes. Ainda não tendo se confirmado "oficialmente" a divisão, os dois grupos já não dialogavam.

De acordo com um entrevistado, a divisão se acirrou quando da proposição de dois projetos municipais que não foram aceitos pelo prefeito.

"(...) nós chegamos a elaborar dois projetos (...) um projeto de educação e outro (...) de agricultura (...) Redigimos um texto e entregamos ao prefeito e ele simplesmente disse que nós enviamos os projetos e esquecemos de mandar o dinheiro (...) E aí começou o nosso conflito com o poder (...) então a partir daí a gente viu que não tinha como trabalhar com esse pessoal." (S. M. informante).

Assim, as vésperas de uma outra eleição municipal, antigos aliados se transformam em adversários, configurando um novo quadro nas relações locais do grupo no poder com atores sociais e políticos que passam para oposição.

Outro fator importante que também teve influência na decisão de desfazer a aliança, por causa de discordâncias na forma de como conduzir e gerenciar os bens públicos; é assim tratado por um participante:

"(...) existia um projeto aí, que a gente denominou de 'Projeto Gasolina', que era uma coisa meio

complicada, onde o prefeito poderia abastecer seus carros particulares com recursos da prefeitura e que(...)esse projeto não chegou a ser colocado para votação, tá certo?" (A. R. J. informante).

Assim, o grupo agora no poder, começou a sofrer as mesmas críticas que se direcionava ao grupo que fundou a cidade e que a governou durante mais de 30 anos, passando a ser insistentemente criticado pela antiga situação, agora oposição, que começava a simpatizar com o grupo dissidente.

No ano de 1996 acontece uma aliança inédita no município, antigos adversários se juntam (PT, PFL, PSDB), na tentativa de derrotar eleitoralmente o governo do PMDB.

Contudo, o resultado das eleições de 1996, foi favorável ao PMDB, que conseguiu, mesmo com a nova aliança da oposição eleger seu candidato com uma pequena minoria de votos.

Nos anos seguintes, o grupo agora fortalecido, imprime sua "marca" administrativa, mesmo com algumas críticas. Consegue definir políticas locais que lhe dão certa credibilidade.

Na relação com os atores sociais e políticos, o partido da situação caracterizou-se

pela falta de diálogo com os grupos de pressão, aqui denominados de novos atores sociais; impossibilitando dessa forma, uma maior interferência, destes para definição de políticas públicas locais que levem em conta suas reivindicações e a criação de uma cultura da participação.

As várias especificidades da realidade observada até o ano 1999, na cidade de Nova Floresta, nos permitem dizer que ainda não existem condições objetivas para fazer valer as conquistas tanto institucionais quanto político-administrativas, uma vez que tanto governo quanto sociedade ainda não demonstram maturidade para definição de decisões municipais que possam aproveitar suas potencialidades locais. Desta forma, impossibilitando um planejamento local que supere as querelas paroquiais em benefício da população.

Assim, a perspectiva aqui adotada nos sugere que, apesar de alguns avanços do ponto de vista político-administrativo, a imensa maioria dos municípios no interior do Brasil, ainda podem superar suas dificuldades com soluções criativas. Entretanto, o que se tem constatado, a exemplo deste estudo, é que na realidade concreta, no dia-a-dia de cada pequena cidade, tem-se perpetuado gestões que só obedecem a um critério: atendimento aos

interesses de pequenos grupos, em detrimento da maioria da população.

Nestas situações, apesar do orçamento diminuto e das carências da maioria, os grupos dominantes mantêm privilégios, relegando para segundo plano o favorecimento dos grupos com menos poder de representação.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que, a realidade em epígrafe não foge dessa regra, os grupos que potencializaram as grandes mudanças em nível local, logo foram marginalizados e as posturas têm sido, na sua grande maioria de falta de diálogo ou, ainda pior, de perseguição e não reconhecimento de direitos conquistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo, a apreensão de como aconteceram nas últimas décadas no Brasil, a configuração e organização de novos atores sociais no nível local.

No primeiro capítulo, foram definidas as categorias que embasaram as análises realizadas. Portanto, noções como; novos atores sociais, participação, democracia, democracia participativa, poder local entre outras; se tornaram fundamentais para direcionar o trabalho na perspectiva heurística.

No segundo capítulo, tratamos de caracterizar o município de Nova Floresta- PB., sócio-econômica e geograficamente, fato que também possibilitou delimitar e observar um momento bem específico da sua história.

No terceiro capítulo, pudemos constatar quais foram os resultados de toda a "jornada" percorrida pelos novos atores, a criação de uma nova hegemonia local, a implementação dos Conselhos Municipais e a configuração de novas, e circunstanciais, alianças que foram responsáveis por mudanças político-administrativas, por uma parte e,

conservação de fórmulas arcaicas de gestão, por outra.

As questões observadas por este trabalho deverão apontar para uma análise mais detalhada e aprofundada acerca do seu desenrolar interno, das relações que permeiam os processos cotidianos de formação de uma cultura política e vivência societária para os atores sociais em Nova Floresta.

Os processos de mudança de cenário público-político desencadeados em meados da década de 1980, considerada pelos economistas como, "a década perdida", impõe reflexões sobre a realidade em análise.

Para tanto, devemos entender que a decorrência das lutas, conquistas e reivindicações travadas no campo político-institucional, não se reduzem a números ou estatísticas; elas perpassam os campos da cultura, da educação, da religião, da lingüística, das identidades (Cf. GOHN, 1997), da política, num emaranhado de significações e de "experiências".

No entanto, os problemas enfrentados pelos novos atores não dizem respeito, somente, as suas estratégias de enfrentamento com o poder local, mas, as novas formas de conquistas efetivas que possam apontar para a construção de uma contra-hegemonia que dê conta de um lado, do reconhecimento do

conflito pelo poder local e, de outro, da perspectiva de implementação de uma nova cultura política que aponte para criação de uma agenda que inclua suas reivindicações nas políticas governamentais.

Os dados coletados têm apontado para outras direções, tanto por parte do poder local, que demonstra uma verdadeira "miopia social", não reconhecendo ou não incorporando na sua agenda as reivindicações; quanto por parte dos novos atores, que mesmo em poucos momentos, tendo a oportunidade de criar canais de comunicação, não o fizeram sob o pretexto de "não fazerem parte do grupo do poder".

Nesse sentido, podemos afirmar que, por uma questão de sobrevivência política, os novos atores deveriam perceber que a participação, mesmo nos pequenos espaços, no cotidiano, fora das arenas de decisão, tem uma dimensão educativa própria de movimentos sociais, tem seu aspecto lúdico, forjam identidades coletivas, além da dimensão do prazer, e da reafirmação dos laços afetivos. Tais dimensões deveriam levar a repensar também, as formas de mobilização e o caráter das reivindicações, para além dos particularismos, das rixas pessoais e das relações de rivalizações mútuas entre grupos sociais diferenciados.

Historicamente, os movimentos e atores sociais no Brasil, tem privilegiado um determinado tipo de mobilização, exatamente aquele de caráter mais crítico, que pode sugerir muito mais uma delimitação de espaço, do ponto de vista político-ideológico, do que um verdadeiro inconformismo acompanhado de sinalização para mudança.

Porém, passou a existir nos ultimas anos, um tipo de reivindicação mais preocupado com a apresentação de alternativas, propostas que podem sugerir a superação de situações insustentáveis. São os chamados movimentos propositivos, em que os atores sociais envolvidos, apresentam propostas concretas que apontam, muito mais para uma relação de diálogo com o poder, do que pura e simplesmente à crítica gratuita.

Tem sido assim, por exemplo, com o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem sugerido ao próprio governo diferentes formas de organização dos assentamentos e a elaboração de uma política de educação própria do MST (Cf MANÇANO, 1999). Outro exemplo importante são os movimentos sociais na educação, que historicamente, dialogam e interferem nas decisões e políticas públicas, provavelmente desde os anos 50/60.

Desta forma, pensar os novos atores sociais no caso em estudo, é pensar sobre a possibilidade, até agora remota, pela análise dos dados coletados, de interfaces entre estes e o poder local, opinando, interferindo, propondo, exigindo o reconhecimento de suas reivindicações e conquistas. De certa forma, os Conselhos têm sido espaço para isto. Mas, pouca atenção se tem dado a estes novos canais institucionais de participação e controle social de políticas e fundos públicos.

De outro modo, os dados revelam, que o poder local também demonstra suas fragilidades como: a gestão baseada numa cultura paternalista, autoritária e excludente; falta de planejamento de uma política municipal que incorpore algumas reivindicações dos novos atores; falta de transparência na aplicação de recursos públicos, entre outros.

A pesquisa realizada sobre a realidade de Nova Floresta, a exemplo de outros pequenos municípios brasileiros, demonstrou que o discurso travestido da "modernização" se torna necessário para manutenção de grupos no poder. A cultura política autoritária ainda está bastante arraigada nas lideranças locais, que apresentam comportamentos diferenciados: adotam as velhas práticas políticas (clientelismo, patrimonialismo, nepotismo), por um

lado e; por outro, transformam/modernizam as práticas discursivas.

Neste sentido, a conveniência dos interesses em jogo, reafirmaram antigas práticas, os interesses pessoais e de grupos sobrepondo-se à democracia como valor ético universal. Para os dirigentes municipais, democracia e participação são sinônimos de perda do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ilza A. Leão de. *Políticas e Poder: O Discurso da Participação*. Natal/RN. Cooperativa Cultural da UFRN, 1997;
- ARRETCHE, Marta T. S.: *Mitos da Descentralização: Mais Democracia e Eficiência nas Políticas Públicas?* (In) Revista Brasileira de Ciências Sociais- ANPOCS- N°- 31- 1996;
- _____, *Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo*. (In) Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n°- 40- 1999, pp 111/141;
- AVRITZER, Leonardo: *Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma Crítica às Teorias da Transição Para a Democracia*. (In) Revista Brasileira de Ciências Sociais- n°- 28- 1995, pp 109/122;
- BACELAR, Tânia. *Ação Local e Desenvolvimento Sustentável* (In) *Ação Local e Desenvolvimento Sustentável*. Konrad Adenauer Stiftung. Debates n° 11, Fortaleza, 1996. pp 105-114;
- BOBBIO, Norberto: *O Futuro da Democracia*. São Paulo, SP: Paz e Terra- 2000. 7ª- ed. (Pensamento Crítico, 63);
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco: *Dicionário de Política*. 8ª- ed.

- Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília-
1995 (Obra em 2 v.);
- BONIN, Anamaria Aimoré (et. al.): *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba, PR: Edições Criar, Editora da Universidade Federal do Paraná- 1987;
- CAHUÍ, Marilena: *Prefácio* (In) SADER, Eder: Quando Novos Atores Entraram em Cena- Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)- Rio de Janeiro/RJ- Paz e Terra, 1988;
- CARVALHO, Valter de. *Município de Serra do Mel*. (In) Ação Local e Desenvolvimento Sustentável. Konrad Adenauer Stiftung. Debates, n°- 11, Fortaleza. 1996, pp- 75/96;
- DANIEL, Celso: *Poder Local no Brasil Urbano*. (In) Revista Espaço e Debates. n°- 24- São Paulo/ SP- 1988, pp- 26/39;
- DEMO, Pedro: *Introdução à Metodologia da Ciência*- 2ª- ed. São Paulo/ SP: Atlas- 1987;
- ECO, Humberto. *Como se Faz Uma Tese*. 16ª- ed. São Paulo/SP: Editora Perspectiva S. A. 2001;
- FERNANDES, Bernardo Mançano: *M.S.T.- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em São Paulo: Formação e Territorialização*.-2ª- ed. São Paulo, SP: Hucitec- 1999. (Geografia: Teoria e Realidade; 37);
- FREITAS, Geovani Jacó de: *O Ser e o Ter: Camponeses, Práticas Tecnológicas e Políticas*- (Um Estudo em Lagoa Seca- Paraíba). Dissertação de Mestrado- UFPB- Campina Grande- agosto/1993, 191p;

- GIL, Antônio Carlos: *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*- 3ª- ed. São Paulo/ SP: Atlas- 1991;
- GOHN, Maria da Glória: *Movimentos Sociais e Educação*. 2ª- ed.- São Paulo, SP: Cortez- 1994. (Questões da Nossa Época; v.5);
- _____, *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*.- São Paulo, SP: Cortez- 2001. (Questões da Nossa Época; v. 84);
- _____, *Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia*. São Paulo, SP: Edições Loyola- 1991;
- HABERMAS. Jürgen: *Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade*, vol. II- Rio de Janeiro/ RJ: Tempo Brasileiro, 1997;
- HOBBSAWN, Eric J.: *Rebeldes Primitivos. Estudos Sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. 2ª- ed. Rio de Janeiro/ RJ: Zahar Editores, 1978;
- HOBBSAWN, Eric J.: *Bandidos*. 2ª- ed. Rio de Janeiro RJ. Forense Universitária, 1976;
- IANNI, Octávio. *A Imaginação Sociológica* (In) *O Pensamento Sociológico Brasileiro*. São Paulo/SP. 3ª- ed. Ática, 1978;
- IDEME- Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado da Paraíba. *Anuário Estatístico*, João Pessoa -PB. 1999;
- KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (Orgs.): *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição* (1974-

1985). Porto Alegre, RG: L&PM: CEDEC- 1986;

LEAL, Suely Maria Ribeiro: *A Relação Democracia, Desenvolvimento Local e Descentralização Política no Contexto da Globalização*. Revista do CCHLA/ UFRN, vol. 10, n°- 1/2. jan/dez. Natal/RN, 1996 pp. 49/59;

MARTINS, José de Souza: *A Chegada do Estranho*. São Paulo/ SP: Editora Hucitec- 1993;

MASSOLO, Alejandra: *Em Direção às Bases*. (In) Revista Espaço e Debates. N°- 24. São Paulo/ SP- 1988, pp- 40/54;

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de: *História dos Movimentos Sociais no Campo*- Rio de Janeiro/ RJ FASE, 1989;

MORAIS DE SOUZA, João: *Discussão em Torno do Conceito de Coronelismo: Da Propriedade da Terra às Práticas de Manutenção do Poder Local*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife/PE- 2001;

SADER, Eder: *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*- Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro/ RJ- Paz e Terra, 1988;

SEVERINO, Antônio Joaquim: *Metodologia do Trabalho Científico*. 21^a- ed. ver. e ampl.- São Paulo/ SP- Cortez- 2001;

SILVA, Airton Marques da & MOURA, Epitácio Macário: *Metodologia do Trabalho Científico*- UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú)- Fortaleza-

2000;

SOUZA MARQUES, Francisco Roberto de. *A Cultura do Maracujá e Qualidade de Vida dos Trabalhadores Rurais de Nova Floresta*, Areia: CCA. UFPB. Campus III, 1993;

TEIXEIRA, Elenaldo Celso: *Sociedade Civil e Participação Cidadã no Poder Local*. Salvador, BA: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA- 2000. (Série UFBA em Campo; Estudos);

_____, *Ações Coletivas e Poder Local; Um Mapeamento* (In) *Cadernos do CEAS*, N°- 154: 1994, PP-22/43;

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa Ação*. 10°- ed. São Paulo/SP: Cortez: Autores Associados, 2000 (Col. Temas Básicos de Pesquisa Ação);

TOURAINÉ, Alain: *Crítica da Modernidade*. 6ª- ed. Petrópolis, RJ- Vozes- 1999;

ZAIDAN, Michel: *O Processo de Globalização e Seu Reflexo Para o Desenvolvimento Local*. (In) *Políticas Públicas em Debate* (vol. 7). Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas. Recife-PE. 1997;

_____, *O Mito da Cidadania Municipal*. (In) *Política e Contemporaneidade no Brasil*. Ed. Bagaço: Recife/PE- 1997;

DOCUMENTOS*DESAFIOS ATUAIS PARA OS MOVIMENTOS POPULARES.*

Documento do 4º- Encontro do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, Belo Horizonte/MG- março/1998;

FROEHLICH, José Marcos: *O 'Local' na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento.* Rio de Janeiro/RJ: UFRRJ, Textos CPDA, Nº- 7/maio/1999, 17p;

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PARAÍBA.

Secretaria Estadual de Planejamento. João Pessoa/PB- maio/1996;

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA. Câmara Municipal (Casa de Elpídio Sabino de Oliveira), Abril/1990;

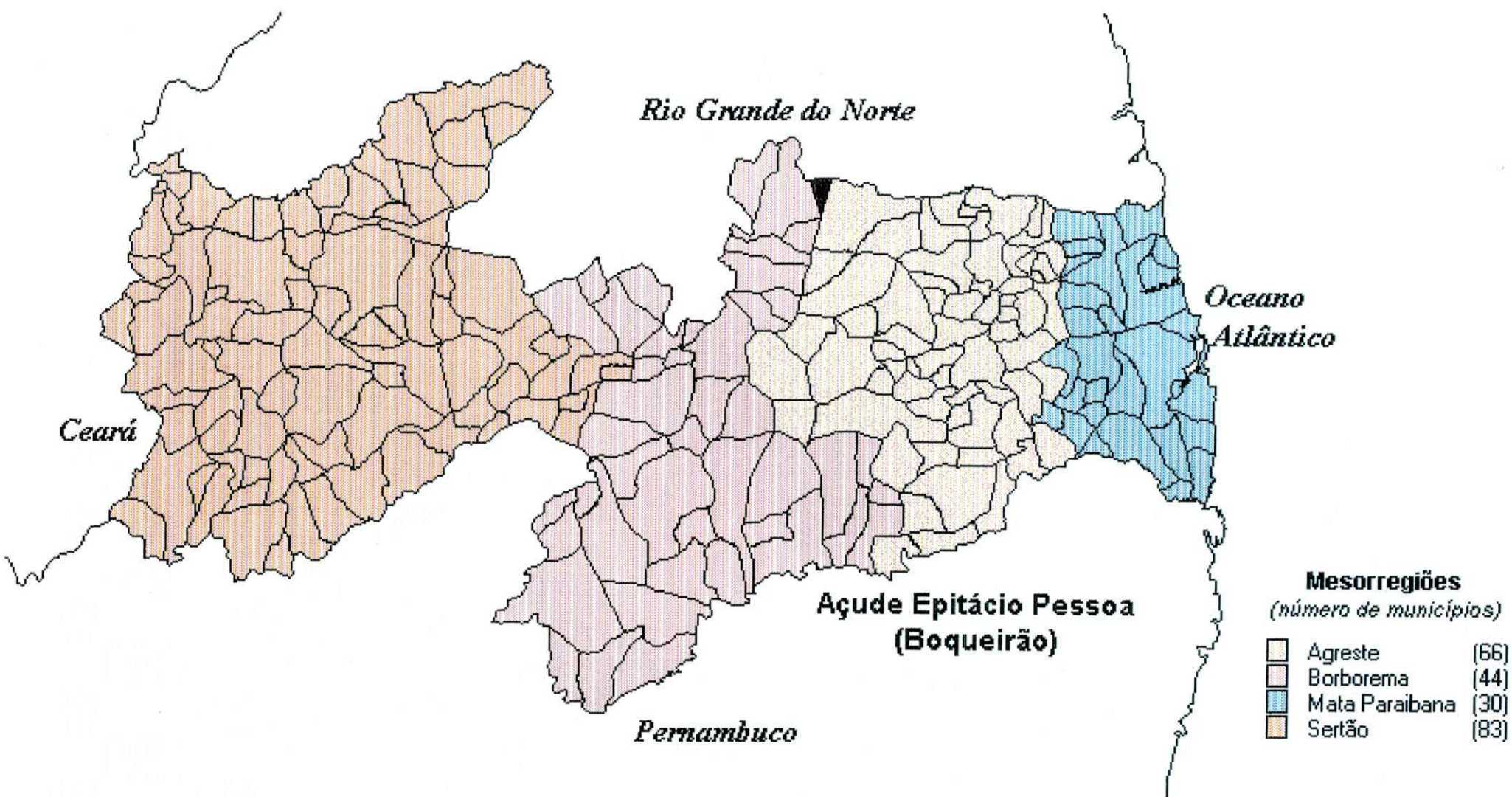
REVISTA NOVA FLORESTA: Informativo da Prefeitura Municipal. Set/1996;

SEBRAE- NOVA FLORESTA. Série: Diagnósticos Sócio-Econômicos, João Pessoa-1993;

ANEXO 1

MAPA

Mesorregiões do Estado da Paraíba



ANEXO 2

TABELAS

Tabela 1 - N° de Residentes Absoluto e Relativo na Sede do Município e Zona Rural.

NOVA FLORESTA	ABSOLUTO	RELATIVO
População Residente	9.411	%
Reside na Sede	8.372	88,96
Reside na Zona Rural	1.039	11,04

FONTE: PNAD/2000, IBGE.

Tabela 2 – Nº Estabelecimento e Condição do Produtor.

Município	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
Nova Floresta	248	2.850	4	5	66	740	59	85

FONTE: Censo Agropecuário 95/96, IBGE.

Tabela 3 – Estabelecimento com Informação de Uso de: Assistência Técnica, Adubos e Corretivos, Controle de Pragas/Doenças, Conservação do Solo, Irrigação, Energia Elétrica.

Município	Estabelecimento com Declaração de Uso de:					
	Assistência Técnica	Adubos/Corretivos	Controle Pragas/Doenças	Conservação do Solo	Irrigação	Energia Elétrica
Nova Floresta	42	115	302	12	13	120

FONTE: Censo Agropecuário 95/96, IBGE.

Tabela 4 – Estabelecimentos Por Grupo de Área (Ha) Total.

Município	Estabelecimentos Segundo os Grupos de Área (Ha) em 31/12/95						
	Menos de 10	10 a Menos de 100	100 a Menos de 200	200 a Menos de 500	500 a Menos de 2000	2000 e Mais	Sem Declaração
Nova Floresta	322	46	4	5	---	---	---

FONTE: Censo Agropecuário 95/96, IBGE.

Tabela 5 – Utilização das Terras em 31/12/1995.

Município	Utilização das Terras em 31/12/1995				
	Área Total (Ha)	Lavouras Perman. Temporárias	Pastagens Naturais Artificiais	Matas Naturais e Plantas	Lavouras em Descanso e Produtivas não Utilizadas
Nova Floresta	3.681	1.653	1.070	80	660

FONTE: Censo Agropecuário 95/96, IBGE.

Tabela 6 – Pessoal Ocupado em 31/12/1995.

Município	Total	Total Homens	Homens Menores de 14 anos	Total Mulheres	Mulheres Menores de 14 anos
Nova Floresta	966	705	14	261	19

FONTE: Censo Agropecuário 95/96, IBGE.

Tabela 7 – Valor da Produção Animal e Vegetal.

Município	Valor da Produção em Mil Reais				
	Total	Vegetal		Animal	
		Total	Lavoura	Total	Grande Porte
Nova Floresta	860	720	720	140	124

FONTE: Censo Agropecuário 95/96, IBGE.

Tabela 8 – Índice de Mortalidade em Crianças de 0 a 14 anos (entre 95 a 98).

Período Faixa Etária	Mortalidade					
	95	96	97	98	99	00
0 a 1 Ano	12	22	15	5	--	--
1 a 4 Anos	1	2	1	--	--	--
5 a 9 Anos	--	3	--	--	--	--
10 a 14 Anos	1	--	1	--	--	--
TOTAL	14	27	17	5	--	--

FONTE: Ministério da Saúde, DATASUS (SIM) Sistema de Informação de Mortalidade/2000.

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1- Você acredita que no início dos anos 80, existiam alguns espaços para a participação política em Nova Floresta?
- 2- Como você avalia a atuação da Igreja Católica na década de 1980?
- 3- Em relação aos partidos políticos que existiam na época, havia algum tipo de trabalho comunitário?
- 4- Como é que você iniciou sua vivência política em Nova Floresta? O que foi fundamental para sua participação?
- 5- Como funcionava, na época, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Igreja, a COMUNINF (Comunidade Universitária de Nova Floresta), as Semanas Universitárias?
- 6- Nos anos de 1985/86, aconteceram reuniões sobre a Constituinte, Constituição, que também eram conhecidas como "Ações Populares". Como se deu sua participação nas reuniões?
- 7- Você acredita que, de alguma forma, contribuiu para as propostas aprovadas na Constituição de 88?
- 8- Você tem conhecimento de alguma mudança, em Nova Floresta, que foi fruto da Nova Constituição? Quais?

- 9- Os trabalhos comunitários (da Igreja, do Sindicato, Associação Universitária), desenvolvidos nos anos 80, tiveram ou têm alguma influência nas formas de vivência política em Nova Floresta, atualmente?
- 10- Como foi o relacionamento desses movimentos com os prefeitos na época?
- 11- Que tipo de avaliação você faz das eleições municipais de 1988? Você acredita que aconteceram avanços ou não?
- 12- Desde a formação dos Conselhos municipais, que são vários, até hoje, como tem sido atuação dos Conselheiros?
- 13- Gostaria agora, que você falasse um pouco sobre sua história de vida, (se estudou, do trabalho), se sempre morou em Nova Floresta...